

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

ATA Nº 035

PRESIDENTE – DEPUTADO PROFESSOR ALLAN KARDEC

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Boa noite. Boa noite gente!

(A PLATEIA RESPONDE: “BOA NOITE”.)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Quero agradecer a presença de cada um e cada uma nesta noite aqui em Cáceres.

Invocando a proteção de Deus, e em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, com objetivo de debater o Pantanal Mato-Grossense.

Convido para fazer parte da mesa organizadora desta Audiência: Sr. Geraldo Donizette Lúcio, Agente Técnico da Coordenadoria de Estruturação do Turismo, neste ato representando o Sr. Jaime Okamura, Secretário Adjunto de Estado de Turismo (PALMAS); Exmº Sr. Júnior César Dias Trindade, Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo e Cultura de Cáceres (PALMAS); Exmº Sr. Vereador Creude de Arruda Castrillon, 1º Tesoureiro da Câmara Municipal de Cáceres (PALMAS), e já agradeço a disponibilidade de estarmos aqui na Câmara Municipal de Cáceres, a casa do povo cacerense; Exmª Srª Elza Basto Pereira, Vereadora da Câmara Municipal de Cáceres, venha para cá (PALMAS); Exmª Srª Vereadora Valdeniria Dutra Ferreira, Vereadora da Câmara Municipal de Cáceres (PALMAS); Exmº Sr. Rosinei Neves da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Cáceres, obrigado pela presença (PALMAS); Sr. Luiz Sérgio Lara Garcia, Diretor Regional da SEMA em Cáceres da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (PALMAS); Juraci Messias, Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA de Cáceres (PALMAS); Sr. Isidoro Salomão, Presidente do Comitê Popular do Rio Paraguai em Cáceres (PALMAS); Sr. Clóvis Vailant, nosso palestrante, membro da ONG Gaia de Cáceres; Srª Solange Ikeda Castrillon, Professora da UNEMAT-Universidade Estadual de Mato Grosso (PALMAS). Por favor, Solange, que vem participando de todos os nossos debates sobre esse tema.

Daqui a pouco, nós vamos fazer os registros, e as autoridades do assunto que forem chegando, favor se identificar com a nossa Assessoria para que possamos fazer o registro e eventualmente colocá-los para fazer o debate conosco.

Convido todos a ficarem em pé para cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Registro as presenças de: Sinara Piran, Assessora Parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Dr. Leonardo; Lourival Mota, Presidente da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres; Miraci Pereira Silva, Vice-Presidente da Associação Regional de Produtores Agroecológico do Município de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Mirassol d'Oeste; Neuzo Antônio de Oliveira, Diretor da Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida; Wilson Pokvic, Coordenador do MST de Cáceres.

Agradecemos o apoio da Câmara Municipal de Cáceres, em nome de todos os Vereadores e Vereadoras que estão aqui, eu agradeço a oportunidade de fazermos aqui, na Câmara Municipal, esta tão importante Audiência Pública.

Agradecemos a presença dos moradores do Assentamento Paiol, do Município de Cáceres; a presença dos acadêmicos de pós-graduação de Ciências Ambientais da UNEMAT.

Aos meus colegas acadêmicos, muito obrigado pela presença.

Agradecemos a presença dos acadêmicos do curso de Ciências Biológicas da UNEMAT; a presença dos pescadores da Colônia Z-2, de Cáceres; a presença da Escola Municipal Paulo Freire. Obrigado pela presença! E da imprensa local, da imprensa estadual, daqueles que vieram fazer a cobertura deste evento, eu agradeço profundamente.

Agradecemos a presença, e já chamamos para estar compondo conosco a mesa, da Dr^a Liane Amélia Chaves, Promotora de Justiça de Cáceres, o Ministério Público presente nesta Audiência, o Ministério Público se faz presente aqui conosco, obrigado pela presença. (PALMAS)

Pessoal, feito então essa parte regimental de abertura oficial da Audiência Pública, nós vamos tentar encaminhar, eu farei apenas o papel de mediador. Antes de passar a palavra e começar o debate, nós temos uma apresentação para motivar um pouco.

Mas, antes disso, eu gostaria de me apresentar. Eu sou Professor Allan, sou professor da rede estadual, sou professor efetivo da rede estadual desde 2006, sou professor de Educação Física e sociólogo, com especialização em Gestão Educacional, mestre em Estudo de Cultura Contemporânea pela UFMT, pesquisando comunidade ribeirinha em Cuiabá, comunidade de São Gonçalo Beira Rio, e concluinte de doutorado da UFMT no programa de pós-graduação Estudo de Cultura Contemporânea.

E estou Deputado Estadual, assim como eu estive Vereador em Cuiabá, mas sou professor, esse é o título que vou levar comigo, vai estar com certeza em minha lápide, estará professor antes, estou passando esse período na Assembleia Legislativa e tentando contribuir na melhor maneira possível.

Tenho alguns pensamentos já constituídos, mas óbvio que não existe nada acabado para quem trabalha com a construção do conhecimento, precisamos fazer debates. Mas, já tenho alguns conhecimentos construídos, Professora Solange, acerca daquela tarefa que nós temos com relação à preservação do maior patrimônio natural da humanidade, que é o nosso Pantanal. Tenho certeza que nós temos um grande desafio em Cáceres, e em Mato Grosso e no Brasil, de crescer economicamente fazendo a preservação ambiental.

O Estado de Mato Grosso é o único Estado da Amazônia Legal que não tem o levantamento socioeconômico e ambiental registrado em lei. Infelizmente, o Governo do Estado vetou um projeto feito na última Legislatura da Assembleia Legislativa, e nós não conseguimos avançar nesse ponto. Todos os outros Estados da Amazônia Legal, inclusive Mato Grosso do Sul, que é Pantanal, têm esse levantamento. Nós não temos.

E, para que possamos fazer mirada acerca dessa discussão de hoje, o Congresso Nacional, por meio da relatoria do Senador Pedro Chaves, está finalizando a nova Lei do Pantanal com substitutivo do Senador Cidinho, e trouxe até Mato Grosso o que já produziu e levou de nós apenas uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa. E qual foi a tarefa que nós, a partir daquela Audiência Pública do Senado, nos responsabilizamos em fazer? Pelo menos 03 Audiências Públicas nos Municípios pantaneiros.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

A primeira Audiência Pública foi feita em Mimoso, onde nós trabalhamos com as duas câmaras municipais: a Câmara Municipal de Barão de Melgaço e a Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger. E também com a comunidade local, com o Ministério Público, com a SEMA, com empresários que, naquele momento, estavam discutindo a implantação de uma PCH dentro de um rio formador do Pantanal, que é o Rio Mutum. E houve a proposta de trazer a Assembleia Legislativa em Audiência Pública aqui para Cáceres, que estamos realizando.

Agradeço a todos, em especial à Câmara Municipal, estamos realizando hoje a segunda Audiência Pública para fazer essa discussão, e finalizaremos, na segunda-feira, a terceira Audiência Pública em Poconé.

Já convido vocês a participarem, faremos a terceira e última Audiência Pública desse ciclo da *thread* do Pantanal: Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Cáceres e Poconé, e levaremos para a Assembleia Legislativa, em várias mãos, em vários olhares, em várias vozes, um relatório sobre essas Audiências Públicas.

Espero conseguir concluir esse relatório e apresentar ao Ministério Público Estadual, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, à Secretaria de Turismo, ao Governo do Estado as impressões que o povo do Pantanal tem acerca dessa discussão.

Feito isso, eu fico muito feliz de ter essa oportunidade, na condição de Relator da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, eu que estou há um ano e três meses na Casa e tenho me preocupado e debruçado sobre alguns temas. Educação é com o que eu mais trabalho, por ser professor, e é obvio que o meio ambiente, aliado ao turismo, que, em minha humilde opinião, deve ser a nova mirada econômica do Estado: turismo ecológico e ambiental. É o que devemos fazer das grandes discussões.

Feita essa apresentação inicial, eu vou passar direto para os nossos palestrantes, e, durante a palestra, eu peço que as pessoas que estão na plateia façam a inscrição com a nossa Assessoria, com a equipe da Assembleia Legislativa, a qual eu já agradeço por estar aqui conosco.

Teremos o Clóvis e a Prof.^a Solange fazendo uma apresentação, e, durante a apresentação, vocês poderão fazer a inscrição.

Quem já participou de Audiência Pública comigo sabe que eu não monopolizo a fala na mesa. Vai falar um da mesa, um da plateia; um da mesa, um da plateia, para que possamos realmente ter uma Audiência Pública, porque senão vamos só ouvir em vez de participarmos. O Clóvis já está se preparando, e, durante a palestra, vocês levantem as mãos que a nossa equipe vai inscrever vocês.

Mas, antes disso, enquanto o Clóvis se prepara, tem a apresentação do Grupo Cultural Raízes, é isso? Quem está à frente do grupo venha aqui se apresentar, enquanto o Clóvis se prepara.

(O GRUPO CULTURAL RAÍZES FAZ A SUA APRESENTAÇÃO COM A MÚSICA “EH, PANTANAL” – PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Vanda, Grupo Raízes, com a música “Eh, Pantanal”.

Registramos a presença de Cleres Tubino Silva, Presidente da Associação Ambientalista, Turística e Empresarial de Cáceres, e convidamos o Exmº Sr. Rubens Macedo, Vereador da Câmara Municipal de Cáceres, o Vereador Rubens está aí? Obrigado pela presença, sente-se conosco. Vai ficar aí mesmo? Obrigado, Rubens.

Clóvis...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

O SR. CLÓVIS VAILANT – Boa noite a todos! Agradeço a oportunidade de falar um pouquinho, é uma responsabilidade, porque, depois de mim, vai falar a Solange Ikeda, que tem toda uma experiência, não vou me ater aos dados técnicos e científicos do Pantanal, mas assim... É importante falar do lugar.

Eu, por exemplo, cresci no Praeirinho, na beira do rio Cuiabá. Hoje, minha mãe mora próximo ao São Gonçalo Beira Rio, e, aliás, ela está sempre na mesma igreja que a mãe do Deputado Professor Allan Kardec, são companheiras de igreja. Eu cresci nesse ritmo do rio Cuiabá, ainda conversando com o Lourival neste fim de semana, eu disse assim: eu não ia pescar, eu ia buscar o peixe; aqui também era assim, não íamos pescar, íamos buscar o peixe.

Agradeço a Assembleia Legislativa por trazer esse debate para os Municípios pantaneiros. Eu que morei muito tempo... Sou da Capital, mas eu sei que nós, às vezes, que estamos na Capital, temos a impressão de que o que acontece lá, acontece no Estado todo, e não é assim.

Agradeço a Câmara Municipal por ceder o espaço, aos Vereadores daqui, ao Rosinei Neves, ao Creude, a Valdeniria Dutra, que depois poderá contar a história dela, do Canjiquinha.

E entrarmos em um debate um pouco mais propositivo, porque hoje é o que motiva, sobretudo, essas Audiências Públicas. E o que é que traz de perigo nessa nova Lei? Mas nós pensamos o seguinte: não vamos aqui só fazer denúncias, nós vamos fazer anúncios de possibilidades.

Eu trabalhei por 15 anos na UNEMAT, tocando a incubadora de economia solidária, lidando com economia, lidando com os povos do campo, da floresta e das águas. Eu não vou só falar dos riscos que o Pantanal corre, porque nós sabemos quais são os grandes projetos que estão aí e que nos ameaçam.

Antes disso, eu vou falar bem rapidamente, essa é a Bacia do Rio Paraguai no Brasil. Uma coisa que poucas pessoas se atentam é que nessa Bacia, em Mato Grosso, vivem 75% de toda a população do Estado! Setenta e cinco por cento da população do Estado vivem na Bacia do Rio Paraguai. Ou seja, Cuiabá, Várzea Grande, Poconé, Barão de Melgaço, Rondonópolis, Tangará da Serra...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC FALA FORA DO MICROFONE) – Nobres, Jangada.

O SR. CLÓVIS VAILANT – Tudo! Dá 75%.

Qual é o problema? O problema é que agora tem uma lógica de tentar desconectar a parte alta da Bacia da parte baixa, dizendo que o Pantanal se restringe às áreas alagadas. Como bioma, eu posso admitir que ele existe só na parte alagada, mas não como a interconectividade que ele tem.

O Pantanal é um bioma que depende das águas. E as águas, nesse bioma, dependem de uma série de características. Todas as definições que olharmos do Pantanal sempre vão aparecer duas questões: a conectividade e a dependência que esse bioma tem do clima, solo e relevo. Ele é único, é o único bioma brasileiro... E como toda área úmida, ele é resultado do solo, do relevo e do clima. Certo? E como tal, sempre que vamos buscar qualquer definição, eu não vou parar só nesta, ele sempre é apresentado como complexo e frágil, é sempre um bioma complexo e frágil.

São as características do Pantanal: a interdependência de todos os fatores físicos e uma complexidade e a fragilidade.

Eu não vou me ater muito aqui, depois essa apresentação poderá ficar... Aqui um pouco da Prof.^a Carolina Joana, eu vou ler essa aqui, porque eu acho que é importante, nós falamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

sempre um pouco a partir daí. “A estrutura e funcionamento do Pantanal podem ser entendidos pelas dinâmicas das águas que o alimenta, avaliado em termos ecológico, econômico e cultural, abordando os conceitos de pulso de inundação, conectividade ideológica de corredor ecológico cultural.

Por que é importante citar isto? Pelo seguinte... Por exemplo, a conectividade ideológica, quando vamos construir o que usamos para tirar nível na obra? Ninguém mais constrói aqui? Água! O que acontece nessa Bacia? Se eu não cuido do Pantanal, se eu drago para fazer hidrovia e baixo 1m o nível do Pantanal, eu vou abaixar, automaticamente, em 1m o lençol freático de toda a Bacia.

E nós já temos crise hídrica em Tangará da Serra e em Rondonópolis. Um metro! E as partes mais altas da Bacia podem baixar de 6 a 8m. Vamos ter que aprofundar poços; vamos ter que fazer uma série de intervenções, porque não prestamos atenção nisso, na interdependência dessa Bacia.

Bom, acho vou trazer as ..., também, porque sou geólogo de formação e ele que define muito bem assim: “Em termos de agrupamento de ecossistema o desdobramento da biodiversidade não há nada igual ao Pantanal no Brasil e no mundo.”.

Agora, saindo um pouco dessa parte física, vamos falar da ocupação humana no Pantanal.

Os ecossistemas no Brasil sempre evoluíram, o Amazonas e o Pantanal, nos últimos 10 mil anos, compartilhando tanto as leis da natureza quanto às leis das sociedades humanas que os ocupavam. O Pantanal tem uma história de 08 mil anos de ocupação. Não é recente essa ocupação! Obviamente, nós chegamos e invadimos esse espaço com os portugueses e tivemos que enfrentar...

Aqui, por exemplo, tem uma passagem que falamos dos Bororos, dos Paiaguás, Guató, Guaicurus e Caipós. Eram as sociedades indígenas que viviam nessa Bacia. Nós chegamos e, de alguma forma, fomos implantando outro modelo importado da Europa e não olhamos como esses povos construíram uma relação com a ecologia e esse ritmo das águas no Pantanal.

Só para lembrar a Professora Carolina Joana. É do livro dela.

Bom, para pensar o desenvolvimento do Pantanal não vamos falar sobre os problemas e ameaças. Claramente, nós temos grandes projetos. Eu pensei assim: vou falar um pouco sobre o turismo, sobre a pecuária histórica sustentável, sobre a agricultura familiar de base ecológica extrativista e a prestação de serviços derivados da produção estratégica e já mais focado em Cáceres.

Primero, o turismo eu destaco aqui.

Olhem só: o turismo acrescenta 318 milhões em 2015 na economia de Corumbá. Aqui em Cáceres 318 milhões significam um impacto de quase 40% do nosso PIB. Vocês já imaginaram isso? O que Corumbá tem a mais do que Cáceres para atrair 41 mil turistas estrangeiros ao ano, para desembarcarem 15 mil turistas de pesca no aeroporto de Corumbá? O que Corumbá tem a mais do que nós? O que Corumbá vende? O Pantanal! E por que nós não podemos vender o mesmo produto?

Eu só vou destacar isto aqui e, também, um pouco isto aqui.

Para vocês terem uma ideia este é o Produto Interno Bruto de Cáceres. O turismo, se nós conseguíssemos pôr em termos de milhões, seria capaz de ser maior do que a pecuária e a indústria em Cáceres. A agropecuária e a indústria! Olhem a possibilidade que nós temos de desenvolvimento socioeconômico aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Eu vou falar, agora, um pouco da pecuária sustentável, porque as pessoas estão falando muito do Pantanal e nós estamos com 1.250 anos de história, de evolução, de pantaneiros que produzem gado aqui no ritmo das águas.

Agora, é obvio que, cada vez mais, fica difícil você conseguir atender o mercado, porque cada vez... Se vocês forem ao supermercado, eu sempre gosto de usar este exemplo... Observem o seguinte: quando você for ao supermercado passe, primeiro, só os produtos industrializados de limpeza, todos os produtos que não sejam alimentos e, depois, passe o alimento e você vai perceber que o que gasta com alimento é 35% a 40% só do seu gasto mensal. Cada vez você gasta menos com alimento.

E toda vez que queremos que a política global e nacional vá nessa direção de economizar no gasto com alimento, de que lado a corda arrebenta? No primeiro elo da cadeia, no elo mais fraco, que é o agricultor e o pecuarista.

Então, cada vez o pecuarista tem que diminuir o tempo para engordar o gado, ele tem que pôr insumos, mas nós temos uma pecuária e quem viaja, gente, vai comer carne em alguns Estados do Brasil. Não damos conta de comer carne fora de Cáceres. A carne é diferente. A carne parece isopor. Eu percebo isso! Você tenta comer! Você vai a São Paulo, tenta comer e a carne parece isopor. Por quê? Porque não é o nosso gado, não é essa carne maravilhosa que nós produzimos aqui no Pantanal.

Agora, do que nós precisamos? Eu trouxe duas notícias aqui: primeiramente, como podemos avançar nessa pecuária? Nós precisamos criar selo de origem. Há um mercado crescente no mundo disposto a pagar mais pelo gado pantaneiro, pela carne do gado pantaneiro. No mínimo, 30%!

Agora, nós precisamos nos organizar, porque não adianta ter alguém pagando 30% a mais na Europa, aqui mesmo no Brasil, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, se isso ficar nas mãos dos frigoríficos. Nós precisamos organizar a base produtiva aqui, organizar plantas, também, de beneficiamento dessa carne aqui para ela poder ser certificada, gerar trabalho e renda aqui, porque é uma das características desse mercado consumidor e nós podemos ter uma carne com preço diferenciado. Basta que tenhamos clareza disso.

Agora, precisamos organizar, a WWF tem 10 anos de experiência no Pantanal de Mato Grosso do Sul, então, gado verde. É o que nós fazemos! Agora, o nosso produtor precisa ser remunerado por isso, porque ele faz a conservação do Pantanal. Então, ele precisa receber por isso. O pessoal vem tratando..., *hedge*, querendo nos dar dinheiro por causa do mercado de carbono e, às vezes, começa não olhando para o Pantanal sobre o qual temos toda uma experiência e uma lógica.

Aqui, novamente, a pecuária sustentável reúne... Isso eu tirei do EMBRAPA. Então, a EMBRAPA já veio, já está aqui, em Cáceres. Já deu uma entrevista na rádio. Estão atentos a isso! Então, estamos desenvolvendo uma pecuária...

E eles foram fazer uma reunião lá e olhem a foto! Olhem essa foto! Que churrasco é esse? Esse é o churrasco pantaneiro. Você só verá esse churrasco no Pantanal. Esse churrasco é um prato cheio – desculpem o trocadilho – para o turismo, para o turismo rural. Ultimamente, eu só tenho comido esse churrasco pantaneiro no aniversário de João Arruda. Todo mês de dezembro ele faz um desse lá na chácara das irmãs.

É uma pena que ele não está aqui, mas ele faz um desse lá. É assado assim, no estilo pantaneiro. Como que não é assim que assamos aqui, no Pantanal? Esse é um churrasco que, ao mesmo tempo, valoriza a nossa pecuária e, também, pode ser parte de um produto turístico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Agora, eu vou falar um pouco da agricultura familiar de base ecológica, primeiramente, trazendo alguns dados.

Temos aqui, em Cáceres, por exemplo, quase 02 mil estabelecimentos de agricultura familiar. Quase 02 mil estabelecimentos de agricultura familiar! Boa parte advinda de reforma agrária, mas boa parte, também, advinda de comunidades tradicionais que estão aqui, nesta região.

Isso só em Cáceres! Nós temos mais de 05 mil pessoas ocupadas nesse setor. Então, é muita gente! E isso gira, por exemplo, só para vocês terem ideia, só de PRONAF, em 2013 e 2014, 17 milhões de reais. Só de PRONAF 17 milhões de reais. Eu sei que isso é pouco e, às vezes, não chega na ponta. E quando chega, às vezes, também, não vira roça, vira moto. Eu sei disso, também! Temos que ter clareza disso. Então, o que acontece? Dezesete milhões de reais de PRONAF! É muito dinheiro que circula aqui. Por isso, temos ainda várias deficiências de produção.

Mas temos aqui, por exemplo, de leite em Cáceres...

Vamos voltar só para compararmos Araputanga, o número de agricultores em Araputanga, que é um quarto dos estabelecimentos de agricultura familiar em relação à Cáceres, mas, quando vem para produção de leite, olha o que acontece? A produção de leite de Araputanga é 20%, 12% maior do que a produção de leite de Cáceres, com um quarto de pessoas na agricultura.

Mas, isso é resultado do quê? De uma cooperativa que tem lá e que tem um laticínio. Com 16 milhões, por exemplo, que estão gastando na ZPE, que talvez venha alguma indústria, nós construiremos 04 laticínios aqui.

Quanto foi o projeto, Neuzo, de laticínio que você aprovou e depois não conseguimos colocá-lo em prática? Quatro milhões de reais. Nós conseguiríamos construir quatro laticínios, gerando 600 empregos diretos e mais 02 mil indiretos. Poderíamos colocar um em Cáceres, outro em Vila Aparecida, outro na fronteira e ter colocado outro na Sadia. Os mesmos 16 milhões aplicados em obra na ZPE faríamos quatro laticínios, e aí, com certeza, multiplicaríamos por quatro, também, a nossa produção de leite.

Eu vou mais rapidamente para falar de todos.

Aqui é um pouco da posição privilegiada que Cáceres tem hoje. Se olharmos a evolução da nossa qualificação e educação no Município, entre 1991 e 2000, evoluímos. Olhando para a esquerda da figura, que é o mais escuro, o roxo é Ensino Superior; um pouquinho mais claro é Ensino Médio e Ensino Fundamental, já estamos com quase 50% da nossa população entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior. Isso é acima da média nacional, olhando só a população acima de 25 anos, a população adulta, evoluímos muito na escolaridade.

Nós temos uma vantagem comparativa aqui, se pudéssemos abrir aqui, *telemarketing*, atendimento ao cliente para terceirizar, só precisávamos trazer para cá tecnologia de comunicação que desse suporte para isso.

Ações Transversais. Como garantimos esse desenvolvimento sem pensar em infraestrutura, saneamento e transporte e energia?

Saneamento: A Princesinha do Rio Paraguai, Cáceres é a Princesa Carlota Joaquina ou se modernizará?

Nós somos a princesa que joga esgoto, que só tem 5% de esgoto tratado ou nós vamos nos modernizar? Nós somos a princesa que tem coleta seletiva, como uma princesa moderna ou nós somos uma princesa da Carlota Joaquina, que ainda enterramos todo o nosso material reciclável?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Que princesa nós seremos? Nós temos todas as condições aqui. Então, precisamos olhar o saneamento básico como uma infraestrutura.

Eu fiz um estudo no interior de São Paulo, em alguns Municípios que eu trabalho, sobre o impacto que você tem da qualidade de saneamento na produtividade do trabalhador para as indústrias. Se a pessoa chega e em casa ainda tem que fazer todo um trabalho para ter água, tem que pensar como é que vai limpar a fossa, isso desgasta a pessoa e diminui a produtividade do trabalhador no mercado de trabalho e nós não temos clareza disso.

Então, todo o tempo que a pessoa do campo teria para se dedicar e não tem uma política pensada para eles do saneamento básico no campo, construindo modelos, precisamos gastar isso para produção.

Transporte. Corumbá recebeu 12 mil turistas de pesca em seu aeroporto; 40 mil turistas estrangeiros. Como é que vamos pensar o desenvolvimento daqui se não pensarmos... Estou olhando para aeroporto; estou olhando para frente; estou olhando para a modernidade. Eu não vou colocar em risco – é importante a palavra risco, porque sobre ela se baseia toda legislação ambiental nossa – o Pantanal fazendo 05 ou 06 pequenas centrais hidrelétricas no mesmo córrego, afetando o nosso estoque pesqueiro e todas outras questões, e por em risco o Pantanal, fazendo 162 centrais hidrelétricas nas cabeceiras, PCHs, expõe em risco o Pantanal.

Para vocês terem ideia, Mato Grosso só tem menos PCHs do que Minas Gerais. Nós somos o segundo Estado com pequenas hidrelétricas do País. Por que será? Há um *lobby* muito forte de quem constrói, não é só de quem produz energia, não.

Então, nós temos que pensar transporte e infraestrutura pensando esse modelo de desenvolvimento, focado na prestação de serviço; focado no turismo; focado na pecuária sustentável, na agricultura familiar camponesa de base ecológica e agroextrativista e aí damos um passo e começamos a pensar outro projeto.

Eu estou aqui há quase 20 anos, há 19 anos, sou de Cuiabá, acompanho o debate aqui, casei com uma cacerense que me trouxe para cá, está aqui um bom tempo – não vou falar a sua idade, amor, pode ficar tranquila –; mas, desde que me entendo por gente, escuto uma promessa vã de nos desenvolver fazendo hidrovia e fazendo ZPE. Ou seja, olhamos para aquilo que temos de mais precioso, colocando isso em risco, sendo que podíamos muito bem pensar outra possibilidade.

Vou pensar, por exemplo, em caso de energia. Estamos falando de PCHs, vamos pensar em energia. A área de Pantanal de Mato Grosso: 150 quilômetros quadrados vezes 35% dá 47.500 quilômetros quadrados, essa é a área de Pantanal em Mato Grosso segundo as estatísticas.

Seca: supondo que 30% do Pantanal permaneçam alagados, ainda temos 14.250 quilômetros quadrados. Se eu pegar 10% dessa área, que dá 1.425 quilômetros quadrados, é maior do que o Lago de Itaipu. Só 10% da área alagada que fica remanescente na seca. O que isso significa? Que ele geraria três vezes mais energia do que Itaipu com placa solar nos 10% da área alagada na seca.

Não sou eu que digo isso, quem diz isso é o Professor Ricardo Rüther, da Universidade Federal de Santa Catarina, o maior especialista em energia fotovoltaica deste País. Onde ele estava? Ele estava no Seminário da SINDENERGIA. Essa apresentação que ele usou lá está disponível no *site* da SINDENERGIA.

Então, nós temos a possibilidade de gerar mais do que a própria Itaipu.

Esses são os meus contatos. Eu falo aqui, também, em nome do Gaia, a Professora Solange vai falar um pouco sobre isso, sobretudo, para trazer mais de anúncios; e depois

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

compreendermos quais são as possibilidades que nós temos em contrapartida a esses megas projetos que aí estão.

Desculpe me alongar, Deputado.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Clóvis!
Excelente início de discussão.

Eu passo a palavra à Professora Solange Ikeda para a sua explanação.

A SR^a SOLANGE IKEDA CASTRILLON – Eu vou conversar um pouco sobre o Pantanal Mato-Grossense e a sustentabilidade planalto/planície.

É um pouco repetir, mas o Pantanal é um patrimônio nacional, é patrimônio da humanidade, é reserva da biosfera e é também uma das maiores áreas úmidas do mundo.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Desculpe-me, Solange.

Agradeço a presença dos assentados do Assentamento Silvio Rodrigues, de Mirassol d'Oeste.

O pessoal do Silvio Rodrigues está aí? Uma salva de palmas para o pessoal do Silva Rodrigues que se deslocou até aqui... (PALMAS)

Muito obrigado!

Ainda a presença do MST de Mirassol d'Oeste, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra de Mirassol d'Oeste; Vera Lúcia Gonçalves, Presidente da APROCAT; Wilson Sato, Assessor Parlamentar do Deputado Estadual Dr. Leonardo; o Secretário Municipal de Fazenda de Cáceres, Júlio César Borges.

Muito obrigado pela presença de todos vocês!

Continua com a palavra, Professora Solange Ikeda.

A SR^a SOLANGE IKEDA CASTRILLON – Está dando para entender? Estou de costas para alguns.

Pode passar.

Então, ficou totalmente transparente.

Vou falar um pouco dos serviços ambientais ecossistêmicos.

Para entendermos se o Pantanal é uma das maiores áreas úmidas do mundo, olha quantos serviços ambientais ele presta: regula o balanço hídrico, repõe as águas subterrâneas, faz ciclagem de nutrientes, retenção e exportação de sedimentos, filtra e purifica as águas, regula o clima, é um reservatório da biodiversidade, então, produz alimentos, peixes, produz plantas medicinais e sustenta as atividades econômicas, pesca agropecuária, navegação e turismo. Então, o Pantanal por si só oferece muitos serviços ecossistêmicos que têm valor econômico também.

Pode passar.

Quando pensamos no Pantanal, pensamos que o Pantanal é o quê? É uma imensidão de águas. Mas é só água? Não. Quando pensamos em Pantanal, pensamos numa imensidão de águas, mas ele é cheia, é vazante, é seca, é cheia de novo e é vazante, porque o Pantanal funciona, como o Clóvis falou agora há pouco, seguindo a teoria de Jung, com pulso de inundação. Então, quando pensamos no Pantanal, pensamos numa imensidão de águas.

Se pensarmos no Pantanal em todos os seus ciclos, vamos pensar: Pantanal tem a cheia, tem a vazante, tem a seca, tem a enchente e tem a cheia. E toda biodiversidade, todos os animais, os peixes, as aves, são regidos por esse pulso de inundações, não só os animais, mas nós também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Todas as pessoas que estão no Pantanal são regidas pelo pulso de inundação, por isso é importante ser mantido como é.

Por que o Pantanal é uma imensidão de águas? Se pensarmos na declividade do Pantanal na nossa parte mais baixa, na planície, vai de um a três centímetros por quilômetros, então ele vai descendo muito devagarinho, porque temos baixa declividade, não só por ter baixa declividade, mas o principal rio – este é o Rio Paraguai, foto do Daniel, que é o chefe da Estação Ecológica Taiamã – o principal rio da Bacia do Paraguai e do Pantanal e os rios do Pantanal têm vários meandros, e é porque têm baixa declividade, porque o rio tem vários meandros, que a água vai descer lentamente e nós conseguimos ter o Pantanal na imensidão de águas.

Pode passar.

Eu gosto do maior exemplo – Aqui estão o Sr. Lourenço, a Dona Marina, Dona Elza, os pescadores –, para mim, o maior exemplo de que tem que ter pulso de inundação é quando o pé de tucum dá o fruto bem na cheia.

Se acabarmos com o pulso de inundação e o tucum frutificar na seca, ele vai cair num lugar seco e não vai alimentar a cadeia alimentar.

Imagina se todos os frutos que nós temos, como o tucum, a laranjinha de pacu, a própria canjiquinha, o jenipapo, todos esses frutos frutificarem na seca e não cair no sistema, não vamos ter cadeia alimentar.

Então, o Pantanal depende de que sua biodiversidade se mantenha nesse pulso de inundação.

O Clóvis falou bem, o Pantanal está inserido na Bacia do Paraguai, temos os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Bolívia e Paraguai, mas temos que entender o Pantanal considerando a Bacia inteira.

Se não tivesse conectividade, seria bom, mas o Pantanal está totalmente conectado ao planalto.

Às vezes, ficamos em uma discussão bobá, Mato Grosso do Sul falou assim: “Ah, nós temos mais Pantanal do que Mato Grosso. Então, nós somos mais donos do Pantanal.”

Se não tivesse planalto, nascente, não tem planície. Então, é uma briga bobá, uma briga injustificável. Nós precisamos do planalto e da planície.

O Pantanal é essa parte mais verde clara, que é a parte da planície.

Olhem porque precisamos do planalto e da planície.

A parte azul claro é o Pantanal e a parte que está ao redor, com essas várias cores, é o planalto.

É no planalto que estão todos os aquíferos da Bacia do Alto Paraguai. Ou seja, todas as nascentes estão na parte alta e aí nós dependemos dessas nascentes para jogar água para a parte baixa, na parte do Pantanal. Por isso é importante essa conexão.

Pode passar.

Esse mapinha mostra que do azul mais escuro para o azul mais claro é de onde chove mais para onde chove menos. Exatamente a parte do planalto, onde está mais escuro, é onde chove mais, onde está mais claro chove menos. É lá na parte alta que também chove mais. Então, no planalto nós temos as nascentes e os aquíferos e é onde chove mais, por isso que nós temos muita água na parte baixa.

Pode passar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Esse é um mapinha mais recente do Plano de Repulsos Hídricos, que foi aprovado em março, que mostra a mesma coisa: onde chove mais é na parte alta, que é a parte que está de azul, o verde, e onde chove menos é essa parte do meio no Pantanal.

Pode Passar.

Eu gosto desse esquema, que é de um professor do Rio Grande do Sul, que veio aqui e nos passou.

Olhem só, para entendermos: planalto e planície. Tudo o que fizemos no planalto vamos sofrer as consequências aqui na planície, inclusive hoje temos águas, temos o Pantanal que tem a parte alta.

Temos as notícias que não são boas também.

Um estudo recente de 2017 do uso antrópico, onde nós desmatamos mais, área de agricultura, desmatamento, área urbana e de mineração, onde está mais vermelho, significa uso antrópico. Então, a parte do planalto é onde nós já degradamos mais e 55% do planalto já estão nesse nível de degradação de antropização.

A parte baixa, que é a planície, ainda temos 18%. Exatamente, no Pantanal, nós vivemos esse pulso de inundação. Então, temos que sobreviver e saber conviver com esse ciclo, inclusive esse ciclo mantém o Pantanal intacto.

Pode passar.

Bom, esse é só inverso, em 2008 tinha só 47% da área natural com vegetação na parte alta, e na parte baixa 84,9%. Isso diminuiu, em 2017, para 82%.

Esse é o grande exemplo que gosto de dar, uma história que aconteceu no Rio Jauru.

Gosto de mostrar o quanto sabemos onde é a Boca de Jauru. Todo mundo de Cáceres sabe onde é a Boca do Jauru, porque a Boca do Jauru desagua no Rio Paraguai, em Cáceres. Então, ali temos o Rio Jauru, no azul mais escuro Cáceres e o Rio Jauru desagua em Cáceres.

O que aconteceu no Rio Jauru? Quando fecharam as comportas de uma hidrelétrica que foi construída no Rio Jauru, o rio secou por um dia. A comunidade do rio nos chamou, universidade e sociedade civil, para ir até esse rio e presenciar o dia em que o Rio Jauru secou. Isso é reflexo de um empreendimento que foi feito na parte alta e o resultado do empreendimento na parte alta é que na parte baixa fica sem água. Nesse dia o Rio Jauru ficou sem água e a comunidade sofreu muito com isso.

Pode passar.

Hoje temos no Rio Jauru cinco PCHs e uma hidrelétrica. Só a comunidade do Rio Jauru e a Colônia de Pescadores têm um histórico imenso para contar para todo mundo aqui.

Aí nós estamos falando de hidrelétrica e PCHs. Esse é o planejamento brasileiro sobre quantos empreendimentos se propõe colocar na Bacia do Alto Paraguai. Nós já temos em operação 45 empreendimentos e nós estamos propondo só aqui na Bacia do Alto Paraguai mais 116 PCHs. Imaginem o que aconteceu com o Rio Jauru e se isso se repetir em todos os rios, Rio Cabaçal, Rio Sepotuba, com o próprio Rio Paraguai, o Rio Mutum, que foi tema da Audiência Pública em Mimoso. Se instalar todos esses empreendimentos o que vai acontecer com o Pantanal?

No meu entendimento, o que está no *site* da ANEEL não é um planejamento real, dialogado com a sociedade do que queremos para o Pantanal.

Aí tem vários impactos sobre o Pantanal, mas um deles é muito dialogado aqui, principalmente pelo pessoal do Rio Jauru, que é o impedimento da migração dos peixes. A primeira observação da Comunidade Jauru é que os peixes desapareceram naquele rio a partir do momento

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

que foram instaladas as hidrelétricas e as PCHs e, realmente, fragmenta toda migração dos peixes, porque eles sobem. Na época da desova, eles vão subir, e essas PCHs estão contribuindo para que eles não façam isso. Então, há muitos impactos e um dos impactos bem dialogados aqui é essa quebra na migração dos peixes.

Olha a voz dos povos: “Após a implementação da hidrelétrica no Rio Jauru...”, eu orientei um aluno, o Sandro Pains, que entrevistou 156 pessoas entre ribeirinhos, pescadores, amadores e profissionais e a maioria absoluta informou: “O rio não voltou mais a ser o mesmo para a pesca. Houve mudança no pulso de inundação.”. E o que é pesca para todos aqui? É uma atividade artesanal que vai gerar renda, vai conservar a cultura do povo pantaneiro.

É importante prestarmos atenção nesta situação.

Olhem o que a Dona Maria Conceição e o Sr. Constantino falam. Depois da PCH no Rio Jauru, eles falam assim: “Está tudo mudado! Onde era despraiado ficou barranco, onde era fundo ficou raso. Quando está bom para pegar peixe soltam a água lá e o peixe some tudo.”. Olhem outro: “Antigamente, pegava peixe, ao menos bagre era bom para pescar. Agora, não é mais.”. Então, nem bagre se pega mais. Então, é importante ouvirmos a voz dos povos.

Isso é um vídeo. Nós coordenamos um projeto, a Professora Débora Calhedos e eu lançamos esse vídeo: “O dia que o rio secou.”. Ouvimos comunidades do Rio Jauru e, também, em Mato Grosso do Sul, o próprio Prefeito de Coxim, o Presidente do COINTA-Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, em Mato Grosso do Sul, falaram dos impactos que são as PCHs nesses rios. Nós estamos tendo exemplos.

E aí olhem o Seu Brizola, até convidamos ele... Nós estávamos na reunião do Comitê do Jauru e o convidamos para vir aqui, mas o pessoal do Porto Esperidião não veio por causa da dificuldade. E ele falou assim: “Quando eu saí daqui, o rio estava seco. Eu voltei, o rio está cheio. No mesmo dia, o rio baixa e sobe demais. Não pego mais peixe.”. O depoimento dele é muito triste, porque ele fala que vai vender tudo, que não dá mais para viver da pesca.

Agora, outro rio que vai desaguar em Cáceres. Olhem só: o Rio Jauru está desaguando em Cáceres. Olhem outro rio que vai desaguar em Cáceres, no Rio Paraguai: o Rio Cabaçal, da Bacia do Cabaçal. Olhem essas montanhas que tem em Reserva do Cabaçal. Parece montanha, mas não é montanha. Isso é erosão. A erosão que está indo para o Rio Cabaçal e que vem desaguar aqui pertinho de Cáceres. Quem anda pela região do rio sabe que a Bacia do Cabaçal é pertinho aqui.

Não é, Lourival?

Esse Rio Cabaçal totalmente assoreado desagua no Rio Paraguai. Olhem o grande exemplo, aproveitando que aqui está o Secretário de Meio Ambiente, Turismo: o grande exemplo é que Cáceres mudou a data do Festival de Pesca.

Os senhores lembram que era em setembro? Mudou para a época que o rio está cheio, porque em setembro não tem mais rio. O rio está tão assoreado que... O primeiro ano que mudou o Festival de Pesca para junho, maio, o que aconteceu? Foi feito um festival de avião, a Esquadilha da Fumaça. Então, o povo ficou olhando o céu, porque rio não tinha. No primeiro ano que não teve mais o Festival de Pesca, foi feito um Festival de Avião aqui, porque não tinha mais rio para olharmos. É o assoreamento que o Município acaba recebendo de outros rios.

Aí são os exemplos. Teve até um ano que fechou.

Aqui foi falado da Lei do Pantanal. Não falamos muito, mas eu gostaria de reforçar para a comunidade cacerense que a Lei do Pantanal, que está transitando no Senado, atualmente, necessita que seja considerada a conexão planalto/planície.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Não adianta fazer uma Lei do Pantanal só para a gestão do Pantanal, da parte de planície. Se não prestarmos atenção que há conexão entre planalto e planície, não vamos conservar o Pantanal. Isso é nítido! Todos que convivem nessa Bacia sabem disso. Nós não vamos ter nascentes; nós não vamos ter rio; nós não vamos ter água que chegará ao Pantanal. Então, essa Lei do Senador Blairo Maggi tem que ser e já foi questionada bastante pela sociedade civil.

A Lei aprovada em Mato Grosso prevê o corte da canjiquinha, porque, em Mato Grosso do Sul, os grandes fazendeiros colocaram o nome dessa espécie na lista de limpeza de pastagem, chamando-a de invasora. Mas aqui, em Cáceres... Quando vamos a uma audiência lá em Mato Grosso do Sul e fala que aqui, em Cáceres, as pessoas usam a canjiquinha... Quem conhece a canjiquinha? Toma-se suco de canjiquinha. É o murici do Pantanal. Ela está prevista na lista de corte como invasora.

Nós estamos convidando a todos para ano que vem, porque vamos fazer o Festival da Canjiquinha, em Cáceres, para tentarmos mostrar para o mundo inteiro que em Cáceres tem o murici do Pantanal, que é a canjiquinha, para as pessoas acreditarem, porque só falar em Audiência Pública não está resolvendo.

Eu tive vários alunos que fizeram monografia, TCC sobre a canjiquinha para provar que o povo de Cáceres ama canjiquinha, Vereador.

Hoje...

Eu estou no grupo de *WhatsApp* do Comitê do Jauru e ele falou que é responsável pela pasta de Agricultura e Meio Ambiente. Eu achei que era o Secretário. Esse Willie Ferreira. Ele escreveu hoje, colocou essas fotos. Eu perguntei se poderia pegar. Olhem as erosões que estão lá em Araputanga! É da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Araputanga.

Ele escreveu assim lá no grupo: “É de cortar o coração, o que a ação humana fez com nossos cursos de água na região das Botas e Alto Cabaçal, entre Araputanga e Reserva do Cabaçal. Essa areia já está chegando aos Rios Cabaçal e Jauru e futuramente ao Rio Paraguai. Precisamos fazer algo pra mitigar a situação.”

Ele falou isso hoje, colocou essas fotos, hoje, no grupo do Comitê do Cabaçal.

E eu tirei lá Sr. Farias, mas poderia ser Sr. Lourenço, porque eu já ouvi todas essas falas dos senhores pescadores, eu vi no vídeo. Ele falou assim... O Sr. Farias daqui, da Colônia de Pescadores de Cáceres. Ele falou assim: “Esse Rio Paraguai ajudou a criar minha família, toda vida tive medo de ele acabar. Hoje, já vi que o rio está mais seco, até os peixes estão diferentes. Este é o meu pão de cada dia, é minha vida e minha história. Este é o Rio Paraguai, é minha vida.”

Mas aí, no mesmo vídeo, ele fala: “Mas tem educação ambiental, vamos acreditar em mudar”, eu coloquei a fala dele, porque traz muita esperança para nós, essa gente como a gente que cria essa esperança de mudar, porque temos coragem de agir.

Então, aqui nós temos milhares, o Sr. Farias, o Sr. Lourenço, todo mundo aqui. O Sr. José Aparecido, Presidente do Comitê da Bacia do Cabaçal, que nós conhecemos há mais de 20 anos, falou assim: “Nossas nascentes estão secando, nós vamos lutar para a restauração ecológica acontecer!”

O Sr. José Aparecido já trabalhou em mais de 100 nascentes que estão secando no Pantanal. Ele foi lá, plantou, cercou e tem trabalhado nisso daí dia a dia para mudar a situação.

Pode passar!

Aqui é um pouco da nossa experiência, a Sociedade Fé e Vida com a Vanda, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nós da universidade... Conhecemos o Assentamento Antônio Conselheiro, chamado Assentamento Laranjeiras, onde a nascente estava secando. A Dona Maria

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

falou para nós: “Quando tinha mata, tinha chuva; acabou a mata, acabou a chuva; e queremos que a Universidade faça algum projeto.”. Nós fomos ao Ministério do Meio Ambiente e fizemos um projeto.

É muito triste ver que, do Assentamento Laranjeira, da parte alta, enxergamos o Pantanal lá em baixo, paralelo à Estação Ecológica Taiamã; mas, apesar de enxergar água lá embaixo, as nascentes estão todas secando.

Pode passar!

Fizemos o projeto, e quem desenvolveu o projeto? A comunidade do Assentamento Laranjeiras, os estudantes do Assentamento Laranjeiras, professores, pais.

Assumir esse projeto do Ministério do Meio Ambiente foi um projeto de vida. Nós praticamente chegávamos ao assentamento, como academia, lançávamos livros e etc., mas foi a comunidade que fez, a comunidade responde a essas respostas que estamos buscando.

Pode ir!

E aí de vez em quando, olhamos uma criança passando necessidade de água no Pantanal, e perguntamos por quê? Mas daí, quando lembramos todos os setores que temos nesta noite, sabemos que temos que resistir, nós não vamos desistir.

E nesse sentido, Deputado, quero parabenizar a sua iniciativa, nosso grupo foi na Audiência em Mimoso, aquilo estava superlotado de gente, por causa de uma PCH no Rio Mutum, Vossa Excelência teve a coragem de vir para Cáceres e vai para Poconé. E é de gente assim, nessa soma... Temos gente no Legislativo, no Executivo, no Judiciário e no Ministério Público apanhando o tempo inteiro.

Nós temos agricultores familiares, nós temos pescadores, temos jovens estudantes, temos até empresários, porque o Clóvis, como empresário, apresenta aqui tantas respostas, órgãos públicos, SEMA, ICMBio. Por que é que não vamos ter coragem de pensar... Nós temos uma situação drástica, mas nós temos coragem de agir, de mudar.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Professora Solange, lembramos que a senhora foi também à Audiência Pública do Senado, lá na Assembleia Legislativa.

O Rogério, do ICMBio, está aí? Eu quero uma salva de palmas para o ICMBio... (PALMAS). Obrigado pela presença.

Eu vou direto para a mesa, eu vou tentar disciplinar, temos 20 inscritos entre mesa e plateia. Se cumprirmos em 30 minutos, em uma hora voltaremos o debate para tentar ressignificar as falas. Se alongar, nem todos conseguirão falar.

Passo a palavra para o Sr. Isidoro Salomão, Presidente do Comitê Popular do Rio Paraguai, que dispõe de 03 minutos.

O SR. ISIDORO SALOMÃO – Eu tenho uma forma diferente de falar, porque sou do meio popular, nós somos produtores populares do Rio Paraguai, hoje estamos presentes em pelo menos 16 Municípios que beiram o Rio Paraguai e nós queremos trazer o Pantanal do povo pantaneiro, dos pantaneiros e das pantaneiras, que muitas vezes não é visto.

Nós fizemos um trabalho de 04 anos nas bases, em 16 Municípios com 70 ONGs, e vimos as principais ameaças ao Pantanal: a hidrovia, a monocultura, a mineração, o agrotóxico e as hidrelétricas. São as principais ameaças que o povo acha que temos hoje no Pantanal.

Eu quero, hoje, trazer principalmente esse corredor biocultural, o grande corredor biocultural do Pantanal, formado pelo Rio Paraguai e seus grandes afluentes. Primeiro, a sua

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

diversidade... Eu até coloco para o pessoal, se quisermos fazer a viagem mais bonita que existe no Brasil, no mundo, é sairmos de Cáceres e irmos a Corumbá simplesmente. (PALMAS)

Em outras viagens, você pode ver muita água, muita mata, muita alguma coisa, mas diversidade mesmo, você vê no Pantanal.

Mas quero trazer outra coisa muito mais importante do que isso, que é a irmandade que vive nessa área do Pantanal, nós somos uma irmandade, esse povo que esteve em Porto Murtinho, em Corumbá, que chegou a Cáceres, que está em Poconé, que chega a Barra do Bugres, que chega até Diamantino é um povo tudo parente, se você arrancar um canivete na comunidade rural, aparece pessoal de Corumbá para te correr atrás.

Então, quando falamos desse povo, falamos de sua cultura, que é muito importante, por exemplo, a viola de coxo, muita gente leva essa coisa como uma questão de Cuiabá, a viola de coxo, a cultura pantaneira, a Baixada Pantaneira é muito maior que a Baixada Cuiabana. Muitas vezes, nós ficamos entrando nessa Baixada Cuiabana e esquecemos que isso é uma coisa própria da Baixada Pantaneira, que está desde Porto Murtinho até Diamantino. O que é isso? Desde águas alagadas do Pantanal até as nascentes do Rio Paraguai, até as nascentes do Pantanal que estão ali no Cerrado.

Nós temos um movimento que se chama “Pantanal por Inteiro e não pela Metade”. Nós, da sociedade civil, acreditamos e queremos que faça valer um Pantanal que é formado desde sua nascente até as águas que se juntam por ocasião de uma serra e outras consequências mais aí no Pantanal.

Mas queremos, por fim, trazer a luta do povo pantaneiro, da mulher pantaneira, pela qualidade de vida no Pantanal, nas comunidades pantaneiras, porque tem gente que fala que no Pantanal não tem gente, nós trabalhamos há 30 anos nessa região e podemos elencar muitas e muitas comunidades pantaneiras, com vários Pantanaís, por exemplo, o Pantanal da Laranjeira, Pantanal do Paraguaizinho, isso ainda dentro de Cáceres, muita gente não conhece, muito povo de Cáceres não conhece e principalmente os políticos.

Eu quero chamar atenção dos políticos da nossa região para conhecer mais o Pantanal, para entrar na vida do povo pantaneiro, porque assim vocês vão fazer leis, vão representar esse povo para fazer esse povo viver melhor.

É isso que nós queremos.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Isidoro, parabéns pelo seu trabalho. É isso que nós queremos ver, a comunidade organizada.

Passo para as inscrições da plateia, Neuzo Antônio de Oliveira, Diretor da Associação Cultural Fé e Vida.

Enquanto passamos o microfone para o Neuzo, eu vou falar para você, Isidoro, que teve um senhor que veio da França, em 1802, e se instalou em Mato Grosso em 1827, foi Presidente da Província de Mato Grosso por 05 vezes. Esse senhor, Jean Emmanuel Augusto Leverger, descreveu essa rota fluvial de Rosário Oeste até Assunção.

Ele é o patrono da Academia Mato-Grossense de Letras, ele é o Barão de Melgaço, e nós conseguimos aprovar uma emenda para publicar novamente as obras raras do Augusto Leverger, do Barão de Melgaço, que, dentre outras coisas, descreveu esse caminho hidrográfico entre Cuiabá e Assunção, obviamente passando por Cáceres, também... vive, então, também, o povo de Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger.

Neuzo Antônio, a palavra está com o senhor, por 03 minutos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

O SR. NEUZO ANTÔNIO DE OLIVEIRA – Boa noite!

Eu sou agricultor familiar e atualmente apicultor.

Aprendi muito com os pantaneiros e pantaneiras, com a Solange, com o Clóvis, com o Padre Isidoro Salomão no convívio desta região.

O tempo é muito curto, nós vamos tentar sintetizar dizendo que o sentimento que trazemos, se vocês observarem, está neste ambiente: agricultura familiar.

O projeto para a agricultura familiar ficou estacionado lá nos anos 70. De lá para cá, toda tecnologia desenvolvida foi pensando na agricultura empresarial. O nosso projeto foi esquecido lá atrás, a nossa tecnologia foi abandonada. E nós precisamos dela. Precisamos de uma tecnologia que responda isso, principalmente dentro do Bioma Pantanal, que todo mundo diz que é frágil. Não cabem máquinas pesadas e nem colheitadeiras nesse ambiente, mas nós precisamos de tecnologia para que possamos caminhar.

Nós temos o maior pasto apícola natural do mundo no Pantanal que ainda não foi visto. Não se olha para a vocação desse tão rico sistema e bioma, é preciso que nós consigamos ter um olhar para essa realidade.

Nós temos muito a oferecer. Eu agradeço a oportunidade desta Audiência, porque podemos ouvir a voz, mas quero que ela seja uma voz de provocação, que nós possamos ter outros espaços para contribuímos com essa legislação que precisa proteger essa nossa cultura.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Sr. Neuzo, que usou pouco menos de 02 minutos e conseguiu passar o seu recado.

Convido o Vereador Cezare Pastorello, que neste ato está representando o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Domingos de Oliveira. O Vereador Cezare Pastorello está aqui? Cezare, obrigado pela presença, venha para cá, Vereador, obrigado pela presença nesta Audiência.

Agradeço também e registro a presença do Da Silva, ex-Diretor Administrativo da Cooperativa Mista, neste ato representando o Movimento Institucional de Catadores para Reciclar. Obrigado, Da Silva, pela presença.

Passo a palavra para Juraci Messias, Presidente do Conselho Municipal em Defesa do Meio Ambiente, Juraci está aqui? A palavra está com a senhora.

A SRª JURACI MESSIAS – Boa noite a todos!

Eu sou Juraci Messias, já fui apresentada, eu estou na presidência do COMDEMA, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, representando o Instituto Gaia. Estou nesse Conselho desde 2014, é meu último ano de mandato; com a graças de Deus, estamos encerrando o segundo mandato.

Neste ato, eu quero falar que o COMDEMA vem debatendo vários temas da área ambiental e hoje eu quero falar especialmente do Código Ambiental de Cáceres.

Em 2010, o Município pagou uma minuta de Código Ambiental, ou seja, nós pagamos uma minuta de Código Ambiental para o Município de Cáceres e percebemos, quando chegamos lá, que não servia para o nosso Município. Foi feito um conjunto de minutas para mais de 20 Municípios aqui da região. Então, o que fizemos enquanto Conselho? Criamos uma câmara técnica que trabalhou uma proposta, uma minuta de Código Ambiental para o Município.

Então, houve uma equipe que trabalhou, estudou, pesquisou e apresentou proposta.

Apresentamos no Conselho e foi aprovada essa proposta. Encaminhamos ao Executivo Municipal, ao Prefeito, encaminhamos a todos os secretários municipais, encaminhamos a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

todos os vereadores. E por que esse Código, que está pronto desde 2016... Ainda não começou o processo legislativo? O nosso Código está engavetado, ou está na gaveta do Prefeito, ou está na gaveta da Procuradoria Municipal. Não sabemos exatamente onde esse Código está.

A preocupação do COMDEMA, inclusive há várias entidades aqui que compõem o COMDEMA – fiquei feliz em ver que está a maioria aqui, nós conseguimos fazer uma reunião em primeira chamada. Várias entidades, várias pessoas que dedicaram o seu tempo para discutir uma proposta para o Município, e que acabou na gaveta.

Não sabemos exatamente o porquê, porque não nos é dada nenhuma resposta. O Conselho emite os ofícios, faz as perguntas, mas as respostas não chegam. Infelizmente, essa é a realidade dos Conselhos Municipais. A maioria dos Conselhos se queixa da mesma coisa, que eles não estão sendo ouvidos ou que não são considerados pelo Executivo Municipal.

A minha fala é sobre esse Código Ambiental, questionando por que ele não é implementado, e por que nem sequer começou um processo legislativo, não tem nada a respeito do Código. Sabemos que o Prefeito deu publicidade, colocando um *link* no *site* da Prefeitura para que todos acessassem e apresentassem propostas, ficou por 30 dias lá e não recebemos nenhuma sugestão, nenhuma proposta.

Quando pegamos o diagnóstico do Plano Diretor do nosso Município, há vários artigos do Código Ambiental, transcritos e comentados, no Plano Diretor do Município.

Ou seja, não está aprovado, não está sequer encaminhada à Casa de Leis e já está citado no Plano Diretor do Município. Isso é bastante intrigante.

Queremos dizer que o Conselho está aqui para assessorar o Executivo Municipal, mas somos tratados como inimigos do Executivo Municipal. Infelizmente, essa é a realidade dos conselhos e a realidade do COMDEMA não é diferente da maioria dos conselhos.

Então, é isso! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Juraci!

Daqui a pouco, vamos ouvir os vereadores, as vereadoras e o nosso Secretário para tentarmos ter essa resposta quanto a sua provocação.

Passo para a plateia!

Falará, agora, a Sr^a Cláudia Gonzaga, acadêmica do Curso de Ciências Biológicas da UNEMAT.

Cláudia, a palavra está com senhorita por 03 minutos.

A SR^a CLÁUDIA GONZAGA – Boa noite a todos os presentes!

A minha pergunta é um questionamento direcionado aos vereadores e às autoridades presentes.

Eu sou acadêmica da UNEMAT, faço o curso de Ciências Biológicas e estou cursando a disciplina de Legislação Ambiental. Estou aqui representando os alunos da turma.

Gostaríamos de saber a respeito do Código, porque obtivemos uma informação, por meio do COMDEMA, sobre o Código Ambiental. A turma que estou aqui representando gostaria de saber esse Código... Por que está parado, onde ele está e o que precisa ser feito para chegar ao Legislativo? (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado!

Eu passo à mesa, diretamente à Vereadora.

A dona Elza da Colônia fará uso da palavra.

Se a senhora puder fazer algumas respostas acerca do código, eu fiquei curioso, também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

A SR^a ELZA PEREIRA BASTOS (DONA ELZA DA COLÔNIA) – Boa noite a todos!

Em nome da Marina, do Lourenço, dos pescadores, eu cumprimento a plateia.

Sobre o Código Ambiental quem vai responder melhor é o nosso Secretário de Meio Ambiente e Turismo, porque o Vereador Cezare Pastorello e eu já tivemos duas reuniões com o COMDEMA, esse Código Ambiental está parado no Legislativo. Na Procuradoria, né? Então, deve ser mandado logo para esta Casa de Leis para que possamos discuti-lo, chegar a um consenso e para que seja aprovado, em breve, esse Código Ambiental.

É o meu desejo, também, como Presidente da Colônia Z-2, de pescadores. Há mais de 05 anos, eu espero isso. E como membro também do Conselho, que, hoje, eu passei a vaga ao meu suplente, também espero que seja decidido logo esse impasse do Código Ambiental. O nosso Secretário tem uma reposta para dar e eu vou deixar para ele.

No mais, o nosso Pantanal...

Eu acho que um pouco falta humanidade, conscientização e preservação do nosso Pantanal.

Hoje me perguntaram como é que fica o Pantanal, a Polícia Ambiental. Então, falta um pouco de humanidade, de conscientização da natureza.

Está aí a olhos vistos que a nossa hidrelétrica foi construída em Indavaí e o nosso Rio Juru, hoje, tem umas 30 famílias de pescadores, no Juru e em Porto Esperidião, e não sobrevivem mais da pesca. Como Colônia Z-2, porque eles são criados na Colônia Z-2, como os pescadores sabem; de vez em quando, temos que dar uma ajuda, porque eles não conseguem sobreviver com a pesca no Rio Juru. Eles encontram peixe nesta época ovado, peixe sem ova. Ainda ontem um me ligou dizendo que encontrou um pacu cheio de ova. Por quê? O rio enche cedo e à tarde está vazio.

Então, gente, é uma calamidade! Falta um pouco de conscientização humana. O Pantanal não é lugar de hidrelétrica. Nós precisamos, sim, da energia. Eu soube que essa energia nem aqui fica. Ela não fica no nosso Estado. Muitas vezes, ela vai para outro lugar. Só vem a degradação da natureza. E depois somos nós que somos culpados, tem que fechar a pesca por 05 anos, porque os peixes têm que ovar, os peixes têm que aumentar, mas não somos nós. É quem? Hidrelétrica, assoreamento! Então, tem que ver...

O ser humano, os políticos... Eu sou, hoje, Vereadora.

O esgoto, como ele está falando, está a céu aberto para todo mundo ver. Hoje, a água do nosso Rio Paraguai está sem tratamento para consumo. Até para tomar banho lá embaixo, a água não é boa. Então, é tudo isso. E depois tem que fechar por 05 anos para ficarem as famílias dos ribeirinhos, dos pescadores... A nossa tradição não está sendo colocada em plano nenhum. As nossas tradições estão morrendo. Então, é falta de humanidade, de conscientização da humanidade.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Dona Elza da Colônia. Concordo plenamente com a senhora.

Passo a palavra para a plateia!

Com a palavra, a Professora Sandra Maria Neto, membro da Sociedade Cultural e Ambiental Fé e Vida.

Professora Sandra, a palavra está com a senhora.

Depois, prepare-se a Dr^a Liane.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

A SR^a SANDRA MARIA NETO – Boa noite a todos os pantaneiros e pantaneiras; à mesa presente!

Eu pertenço à Sociedade Fé e vida. E a Sociedade Fé e Vida está com o Projeto Escola Militância Pantaneira para quê? Para prepararmos a sociedade, a base, os assentamentos, as pessoas que se importam com o nosso Rio Paraguai e com o nosso Pantanal por inteiro e não pela metade, sem limites, sem fronteiras.

Nós estamos com um trabalho pelo qual recebemos orientações, teorias, práticas para que possamos atuar nas Audiências Públicas como esta que acontece hoje e com a qual fomos presenteados. Nós, cacerense, fomos presenteados com esta Audiência Pública para ouvirmos, falarmos, discutirmos e chegarmos a um bom senso da preservação do nosso Rio Paraguai do nosso querido Pantanal.

Quero, também, salientar, colega Juraci, que também faço parte do Conselho do Meio Ambiente, do COMDEMA, representando a Sociedade Fé e Vida, e o nosso trabalho ali é atuante. Nós buscamos sempre estar atuantes, participativos, para que possamos conscientizar a nossa população, buscar meios, principalmente os nossos governantes.

Eu sou professora, pedagoga de escola municipal e sinto, sinto muito, que poucos professores participem de audiências, participem de movimentos, de buscas, de lutas, de sensibilização, porque sabemos que os nossos alunos são o nosso presente. E eles serão o futuro? Sim! Assim como nós estamos aqui, temos que buscar.

A nossa Secretaria de Educação não é assim tão presente. Infelizmente, até no nosso Conselho não temos representante da Educação. E nós sentimos falta, porque é ali na base que nós temos que fazer esse trabalho. É estudar, ler, conhecer. E nós queremos aqui como estamos representando... É uma honra estar representando a Sociedade Fé e Vida enquanto escola de militantes e pantaneiras e buscar essa preparação. Queremos expandir, muitas pessoas, muitos jovens, os acadêmicos.

A Universidade é o caminho; a nossa escola é o caminho; o assentamento é o caminho, as pessoas que vivem do nosso Pantanal, que vivem do nosso Rio Paraguai têm que ser conscientizadas, sensibilizadas e fazer parte da nossa luta. Vamos buscar! E principalmente os nossos governantes.

Nós sabemos que a base mexe para que lá em cima acordem e percebam que estamos, sim, pedindo ajuda, o Pantanal, o Rio Paraguai está pedindo ajuda. Nós não queremos só cuidar do nosso rio no Dia do Rio Paraguai, dia 14 de novembro, mas, sim, todos os dias. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Professora Sandra Maria!

É uma devoção trabalhar na educação, na educação municipal, na educação estadual e na educação federal, é quem tem vocação mesmo para isso.

Convido a Dr^a Liane Amélia Chaves, Promotora de Justiça de Cáceres, já agradecendo a sua presença, para fazer uso da palavra.

A SR^a LIANE AMÉLIA CHAVES – Boa noite!

Quero cumprimentar o Exm^o Sr. Deputado Professor Allan Kardec pela oportunidade, por esta iniciativa.

Eu não vou me prolongar nos cumprimentos, porque fiquei só com 03 minutos e acho que não vou conseguir cumpri-los.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Pela segunda vez, estamos debatendo esse tema que é a Lei do Pantanal. É a Lei do Pantanal, mas é preciso falar um pouco sobre o que é o Pantanal, já que a Lei é do Pantanal.

Nós debatemos naquela oportunidade, em Cuiabá, a respeito do que seria o Pantanal. Já foi exposto aqui, também, tanto pelo Clóvis Vailant quanto pela Professora Solange Ikeda, a respeito do bioma.

No art. 1º desse Projeto de Lei, que está sendo debatido no Senado Federal... Para esclarecimento de todos aqui, estamos falando de um Projeto de Lei que não tramita na Assembleia Legislativa, está tramitando lá no Senado Federal, mas estamos sendo ouvidos. É uma oportunidade de fazermos sugestões a respeito daquilo que entendemos que deve constar na Lei ou que não deve constar nessa Lei Federal.

Por que é federal? Porque ela vai reger o Pantanal tanto de Mato Grosso quanto de Mato Grosso do Sul. Ok?

Lá, no primeiro artigo, está dizendo o que é o Pantanal. Lá nesse artigo já faz uma relação entre Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. No começo não havia essa ligação. Mas, passando por revisões, houve emendas e hoje a versão final está lá constando no primeiro artigo: Pantanal são as planícies aluviais inundáveis periodicamente, formadas por quem? Pela Bacia do Alto Paraguai.

Então, não se fala em Pantanal sem falar na Bacia do Alto Paraguai. Por isso a importância do que já foi falado no início.

Fazendo essa ligação entre Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, eu percebi, analisando também esse Projeto de Lei e essas revisões que já houve emendas... O que consta nesse Projeto de Lei? Consta o princípio da Bacia, algo que também não foi inventado agora, é algo que já existe legalmente, foi previsto lá na Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, de 97, que diz o quê? Que os recursos hídricos são geridos... Se existe uma unidade de gestão, não é de qualquer forma. Eles devem ser geridos por uma unidade, e essa unidade é uma bacia.

E essa Lei do Pantanal não foge disso. Se ela fugisse disso, se ela fosse contrária a isso, haveria um conflito entre leis, uma lei que já está vigente há bastante tempo. Mas, ela confirma esse princípio. Ela diz: não, esses recursos naturais, principalmente os recursos hídricos, devem ser geridos de que forma? Por bacia, e estamos falando, então, da Bacia do Alto Paraguai.

Qual é a importância disso aí? Para que ficar falando disso aí? Temos que falar disso aí, pelo que a Solange já falou, do impulso de inundação. Então, são várias ligações, primeiro o Pantanal, bacia é a forma como vai ser gerida, só que não existe Pantanal sem impulso de inundação. E para haver impulso de inundação a bacia tem que atender esse Pantanal.

O Pantanal não depende só da planície, depende do planalto. Por isso é importante essa ligação, essa relação que já é prevista em outros regramentos, em outra lei, que é essa Lei Nacional da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Quem esteve na audiência ouviu, houve comentário de Deputados que compunham a mesa conosco, principalmente o pessoal de Mato Grosso do Sul... Aliás, teve uma fala lá dizendo o seguinte: “estão querendo confundir, estão misturando Pantanal e bacia. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Estão querendo misturar tudo e colocar tudo junto”. Não é que estamos confundindo, o problema é que somos esclarecidos.

Graças a Deus, aqui em Cáceres e em outros locais também, creio nisso, temos pessoas que nessas funções, não falo por mim enquanto Promotora de Justiça, também sou acadêmica, sou mestrandia de Ciências Ambientais da UNEMAT, mas temos aqui, vocês estão vendo pela mesa e também pela plateia, são pessoas esclarecidas. Então, não estamos confundindo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Sabemos muito bem que planície é uma coisa e planalto é outra. Mas a própria Lei, não só essa Lei do Pantanal, mas outras leis já diziam que a bacia é a unidade de gestão.

O Pantanal não pode fugir dessa regra, ele tem que ser gerido também pela bacia. E por que disso? E na prática como isso vai funcionar? O que isso faz diferença? Faz diferença da seguinte forma: a Bacia do Alto Paraguai, nós sabemos, já foram elencadas algumas aqui, chamamos de pressões antrópicas, são as piores pressões que a bacia está sofrendo.

Aqui na Bacia do Alto Paraguai, o Isidoro trouxe aqueles cartazes que diziam: quais são as principais pressões? Desmatamento; plantio de soja, que hoje não fica tão no planalto, está cada vez mais se aproximando da planície; PCHs; garimpo – já encontrei nos nossos rios situações de garimpo e outras situações.

Essas pressões que existem na bacia também existem sobre o Pantanal. Como vamos proteger o Pantanal se não resolvermos essa equação dessas pressões? Eles estão dizendo: “Ah, vocês querem impor restrições a toda bacia”. Não é que queremos impor restrições a toda bacia, é que não adianta impor restrições só à planície se você deixar totalmente liberado para uso, na verdade abuso, dos recursos naturais no planalto.

O que buscamos, na verdade, é o desenvolvimento sustentável. Ninguém aqui está contra a agropecuária, os pecuaristas, porque sem eles também não vamos conseguir caminhar. Mato Grosso tem essa dependência da pecuária, do agronegócio, sim, mas precisamos aprender caminhar juntos.

Eu acho que essa Lei do Pantanal, este debate é uma grande oportunidade de desenvolvermos essa irmandade não só ali entre o pessoal... “O pessoal da pesca tem irmandade só entre eles; o pessoal...”.

Todos esses usuários dos recursos do Pantanal têm que conversar e têm que haver irmandade entre eles também. Tem que haver! Há conflitos de interesses? Há, mas nós temos que solucionar isso.

É importante que sejamos ouvidos, só o grupo de Mato Grosso, porque percebemos, principalmente lá em Cuiabá, que há um conflito de interesse entre os pantaneiros de Mato Grosso do Sul – para quem não foi lá em Cuiabá – e os nossos pantaneiros. Eles estão organizados. Então, a nossa preocupação é essa.

Sabemos quais são os nossos problemas. Estamos aqui, como o Clóvis mesmo disse, ocupamos boa parte dessa Bacia do Paraguai, e estamos vivenciando esse problema. Então, o Pantanal que eles querem é diferente do Pantanal que nós queremos.

Em resumo, quais são as minhas maiores preocupações e sugestões? Percebemos que, ao longo dessa revisão, discussão dessa lei, havia essa visão daquilo que é prioritário na bacia, mas não houve – provavelmente, até por uma questão política, não conseguiram conciliar esses interesses e divergências – no texto da lei nenhuma previsão que barrasse esses empreendimentos.

Como é que ficou hoje, pessoal? Como é que está hoje, então, já que não tem nenhum artigo dizendo: olha você não pode isso, não pode aquilo. Não tem.

Como é que está hoje? Está da seguinte forma: a exploração no Pantanal deve ser ecologicamente sustentável e deve considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais, que novas supressões de vegetação devem ser autorizadas pela SEMA, nem precisava passar isso na lei, já sabemos disso, e a SEMA deve observar essas recomendações técnicas.

Agora, a minha preocupação, que expus na Audiência e quero expor novamente aqui, é que aí está algo que eu vejo que talvez, Deputado, sei que essa lei federal não vai ser debatida

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

aqui, mas as recomendações técnicas é algo que está ao nosso alcance, está ao alcance de vocês, é exatamente isso.

Então, esse momento é a brecha que a lei deixou e onde devemos tentar fazer garantir o Pantanal que queremos.

A preocupação que expus lá, Luiz, você que atua na SEMA sabe disso na prática, é como funciona: “Ah, vai depender de recomendações técnicas, novas supressões...”, a pessoa vai lá, começa um processo de licenciamento, no meio do processo de licenciamento surge uma recomendação. E aí? Para o empreendimento? Não para? Suspende o licenciamento? Quer dizer... E essas recomendações não existirem, não pode licenciar?

Então, Deputado, essa é minha maior preocupação, essa insegurança jurídica.

Nós que trabalhamos com isso, com licenciamento, o Luiz que trabalha com isso pode falar também, como é que vai ficar isso em nível de Pantanal?

Então, é buscar.

Vejo uma grande oportunidade para os Deputados e para nós enquanto sociedade forçar que essas recomendações técnicas atendam ao Pantanal que nós queremos.

Qual é o Pantanal que nós queremos? Um Pantanal mais preservado.

É diferente, pessoal, do Pantanal de Mato Grosso do Sul. O Pantanal de lá visa muito à exploração para pecuária. Não que não possamos fazer isso. Mas eles se gabam muito, estamos falando entre nós aqui mato-grossenses, eu sei que tem muita gente de Mato Grosso do Sul também, mas isso é uma coisa que ouvi lá na Audiência Pública, eles se gabam dizendo assim: “Ah, mas 70% do Pantanal são nosso!”. Teve até um que me disse: “Na divisão o Pantanal teria que ter ficado só para um Mato Grosso, deveria ter ficado para nós, porque já ficamos com 70% mesmo.”

Então, vejam vocês a situação.

Eu digo para os senhores, o que eu disse para ele, o que temos na mente e no nosso coração, que a diferença é a seguinte: podem até estar com 70%, e estão desenvolvendo, estão crescendo, estão fazendo e acontecendo, mas o que acontece nessa Lei que eles estão acompanhando de perto, eles viajam, eles vão, eles acompanham, eles se mobilizam...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Desculpe, Doutora, o Relator, o Senador Pedro Chaves é de Mato Grosso do Sul.

A SR^a LIANE AMÉLIA CHAVES – É de lá.

Eles já têm a Lei de Zoneamento Socioecológico Econômico, coisa que nós não temos, e essa é outra atuação que eu vejo que a Assembleia Legislativa pode atuar e barrar muita coisa.

Eles têm já esse Pantanal consolidado, só que eles estão preocupados com essa lei que poderá vir a atrapalhar o crescimento deles, o desenvolvimento deles, que na verdade já está desenvolvido.

Só que eu digo para o senhor: a nossa preocupação não é apenas em desenvolver, em crescer mais do que nós já estamos hoje...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Preservar.

A SR^a LIANE AMÉLIA CHAVES – É garantir a nossa sobrevivência, porque essas pessoas que estão aqui estão preocupadas se elas vão comer ou beber amanhã... (PALMAS) É o peixe de cada dia! É essa a nossa preocupação! Não é se vamos ganhar milhões a mais ou a menos. É se amanhã vamos ter o peixe para comer ou não e é dessa sobrevivência que nós estamos falando.

A maior preocupação é dessas pessoas que dependem do Pantanal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

De ontem para hoje, já estou encerrando, teve um colega Promotor que falou assim: “O direito ao meio ambiente é um direito constitucional fundamental.”.

É um dos principais direitos, assim como a vida também é um direito fundamental, como outros.

A vida, as pessoas vão lá, se você atentar contra a vida de alguém, essa pessoa vai buscar, ou alguém por ela vai buscar, mas muitas vezes o meio ambiente é um direito que defendemos contra a vontade das pessoas.

Muitas vezes, a pessoa quer degradar, ela não quer proteger. Enquanto Promotora de Justiça, estamos defendendo contra a vontade das pessoas.

Eu não sei se as pessoas que estão aqui querem ou não que defendamos esse direito. Eu acredito que todos que estão aqui querem, mas eu e Vossa Excelência, enquanto agentes públicos, temos que lutar por isso, porque não é o que eles querem, é o que eles precisam, é um direito fundamental, assim como o direito a vida, e temos que lutar por isso, não ficar esperando: será que querem? Não por essa conveniência, mas entender que é um direito necessário, esse direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável.

Creio que todos que estão aqui querem, muitos não vieram, creio que querem e precisam, e temos que lutar por eles.

Vocês têm meios para isso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Temos sim e estamos fazendo de tudo, Dr^a Liane Chaves. (PALMAS)

Vou passar aqui para o Lourenço Pereira Leite, da Colônia de Pescadores Z-2.

Antes dele, eu quero aproveitar essa fala provocativa do Ministério Público por meio da Dr^a Liane – estou há um ano e quatro meses na Assembleia Legislativa e não vou fazer aqui advocacia em causa própria – para constatar algo que está posto em algumas lutas que já travamos e conseguimos barrar.

A Serra Ricardo Franco é um Parque Ambiental. Um Decreto Legislativo, inclusive de um Deputado aqui da cidade, ia acabar com a Serra Ricardo Franco e o Parque Ambiental, um Decreto Legislativo de duas laudas.

Denunciamos isso à imprensa, ao Ministério Público, o Dr. Escalope entrou no jogo e conseguimos segurar.

O que acontece aqui na Serra Ricardo Franco, que é em Vila Bela da Santíssima Trindade?

Quando ela foi afetada, quando virou Parque Ambiental, existiam pessoas lá dentro, essas pessoas têm o direito líquido e certo de serem indenizadas, e defendo isso com toda minha força, porém esse parque teve uma criação, inclusive com liberação de recursos internacionais.

O lado da Bolívia está 100% preservado, o lado do Brasil não está, inclusive com Ministro do Governo Federal com fazenda lá em cima na serra.

Então, essa é uma luta que está cunhada, por meio do nosso mandato, de apenas um ano e quatro meses. A Serra de Ricardo Franco foi mantida, porque não deixamos esse decreto ir para frente.

APA do Rio Cuiabá, preservação do Rio Cuiabá, infelizmente perdemos essa batalha, mas fiz a denúncia, fomos junto com Ministério Público e conseguimos, Doutora, pelo menos garantir a ampliação da margem do Rio Cuiabá e dos afluentes, que eram 30 e passaram para 60, de 50 para 100. Em 100 metros não se mexe no próprio Rio Cuiabá. Eram 50. Dos afluentes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

eram 30 e passamos para 60, mas perdemos a batalha. Infelizmente, a APA do Rio Cuiabá pode ser desmatada.

A SEMA vai continuar tendo esse papel fundamental, porque terá que passar à SEMA essa autorização ou não.

Lutamos, duramente, contra a construção de uma PCH no Rio Mutum. Embargamos junto ao Ministério Público e à própria SEMA a construção e instalação dessa PCH. Estamos, hoje, discutindo essa questão da Lei do Pantanal, que deve virar, se tudo der certo, parte da nossa Lei do Zoneamento Socioecológico e Ambiental que o Estado precisa aprovar. Esse é o nosso interesse principal.

E já debatarei com vocês a questão da pesca, que é uma grande discussão. E o Pantanal não pode viver sem pesca. Então, vocês poderão ficar tranquilos com relação a isso.

Eu sou favorável e invisto, há muito tempo, na questão da fiscalização, mas tenho certeza que o Pantanal não pode ficar sem a pesca jamais.

Nesse sentido, eu chamo, então, o Sr. Lourenço Pereira Leite, membro da Colônia de Pescadores Z-2, para fazer uso da palavra.

Lourenço, a palavra está com o senhor.

O SR. LOURENÇO PEREIRA LEITE – Boa noite a todos e todas!

Como pescador venho fazer minhas colocações.

Alguns colegas já passaram por aqui, muitos aqui já conheço e quero agradecer a presença de alguns que não conheço, principalmente o pessoal que faz parte da agricultura familiar, os assentados que, talvez, falarão o que eles têm como preservação de água, assim como eu que sou pescador profissional, tradicional, de família de três gerações na pesca, vou falar do que tenho enfrentado ao longo de todo esse tempo.

Eu venho passando a fala que o meu avô passou para o meu pai. Hoje, meu pai está com 98 anos e eu estou passando o que ele disse para mim o que era no passado, o significado da água que necessitamos como pescador. Nós necessitamos tanto da água. O nosso rio está totalmente degradado. Tudo quanto é coisa de ruim desagua nesse rio. Como pescador, nós sentimos isso, porque é de lá que tiramos o nosso sustento, que tiramos o sustento da nossa família. Tem família que não está tendo condições mais de tirar dali o seu sustento.

Eu sustento com esse rio 05 bocas e está ficando difícil, gente! Está ficando difícil! Então, pela dificuldade muitos estão deixando essa profissão, uma cultura que carregamos há muito tempo, centenária.

Eu tenho família... O meu pai com 90 e tantos anos, o pai dele morreu há 70 anos e eram todos pescadores.

Então, vem aí o desagrado com o que vem acontecendo, a preocupação que nós temos com o meio ambiente, com a existência da nossa cultura. Não adianta pensar no turismo de hoje... Mas temos a cultura, também, para ser desvendada, dentro da cultura como foi apresentada por esse grupo folclórico. Nós, como pescadores, temos cultura. Está faltando incentivo.

No Pantanal, não se cria só gado, animais e água. Nós temos gente, gente! Habitamos há mais de 100 anos. Há mais de 100 anos já vivemos aqui, nesta região, mas quando implantam uma lei esquecem que existimos. Nós, como pescadores, não somos contemplados em nada.

Então, isso se chama esvaziamento cultural, assim como os plantadores que têm a cultura de fazer o seu cultivo. Se não tiver incentivo, vai acabar, gente, a pesca. Nós estamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

vivendo enfrentamento na pesca para existimos. Estamos vivendo enfrentamento! As hidrelétricas vêm acabando com tudo quanto é nascente, tudo quando é fluente. Hidrelétricas, PCHs.

Então, é tudo isso! Como se diz, nós não somos contra nada disso, mas que seja estudado. Por que, para criar uma lei da pesca, eles fazem tudo, e nós cumprimos, e para arrumar uma hidrelétrica não cumpre? Podem ver que não está sendo cumprido, porque diversas hidrelétricas estão sendo construídas nos rios. E não é por falta de nós, pescadores, criarmos movimentos. Eu estou vendo que o pessoal está tudo imbuído com isso.

Eu tenho certeza que onde está esse povo que está plantando não é um rio, é um córrego, mas eles estão tentando salvar até um córrego. É uma cacimba, uma lagoa, eles estão tentando. Por que outras pessoas que só têm interesse de ganhar, disfrutar do que é nosso, do que é nativo, daqui, do lugar... Nós só ficamos com a má fama que estamos degradando, que estamos acabando com o peixe, que estamos acabando com não sei o que mais lá, tem que parar de tirar carteira, tem que fechar a pesca por 05 anos. Não é isso, gente! Não é isso que acaba com o peixe, não é isso que degrada o meio ambiente. Não é isso! São os grandes, gente, que precisam ouvir tudo isso, ouvir e fazer valer. Não adianta ouvir e não fazer valer.

Minha fala aqui, às vezes... Hoje, eu estou com a esperança diante de Vossa Excelência de que levará para frente esta mensagem e que não fique só por aqui. Quando tenho tempo, gente...

O pescador não tem muito tempo para correr atrás de tudo isso, mas eu deixei os meus afazeres para estar aqui para pregar minhas palavras, gente, porque eu sou exemplo, eu vivo em cima desse problema. E o problema vem agravando. Eu quero que tenha incentivo nas pesquisas para mostrar isso que está acontecendo; que as universidades nos procurem, porque eles têm apoio para ajudar a mostrar o que vem acontecendo, porque, caso contrário, as minhas palavras não serão em vão, mas acredito que não vamos parar de lutar. Nós não vamos parar de lutar! E assim eu acho que todos...

Hoje, tem gente diferente aqui, pessoas do Município de Cáceres que estão preocupadas com o nosso Pantanal. Com certeza essas pessoas ocupam o mínimo de água que passa em volta da casa dele estão tendo cuidado.

Eu quero agradecê-los, porque é o pão que o meu filho come. Uma gota d'água que corre de um córrego, que sai de uma cacimba ou dentro de uma lagoa que percorre pela sua propriedade, esse é o leite que o meu filho vai mamar, porque sem essa água nós não vamos existir, gente, principalmente nós, como pescadores.

Todo mundo tem necessidade da água, mas o pescador vive muito da água, porque ela é a vida do pescador.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Lourenço.

Eu vou passar a palavra para a Vereadora Valdeniria Dutra Ferreira.

Em tempo, quero dizer ao Lourenço e a todos os pescadores que eu ouvi e não foi só aqui, eu vivo em uma comunidade ribeirinha, nasci em Santo Antônio de Leverger e sou defensor da manutenção da pesca. Essa história de fechar a pesca, eu sou contra. Eu sou contra e vou defender na Assembleia Legislativa os projetos de cota zero. Eu sou contra a cota zero. Eu acho que nós precisamos atacar outras frentes antes de fazer cota zero.

É obvio que nós precisamos aplicar a legislação vigente na quantidade do peixe que você precisa pescar e como você pode pescar. A questão da pesca predatória, obviamente, eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

vou fazer e faço essa defesa. Agora, cota zero para pescador profissional, tradicional que vive disso, isso é um crime enquanto liberamos PCH, enquanto liberamos plantação, e vai atacar o nosso pescador que está aí há muito tempo.

Lourenço, o senhor tem lá um defensor dessa situação.

Lembrando que faço defesa da legislação vigente, cota, peso, como deve ser pescado, mas a cota zero eu sou contra. Eu acredito que o turismo esportivo, a pesca esportiva, tem um grande avanço ainda para chegar, mas tem peixe para todo mundo, para quem pesca esportivamente e para quem coloca o peixe dentro de casa para o seu alimento.

Passo a palavra a nossa Vereadora Valdeniria Dutra Ferreira.

A SR^a VALDENIRIA DUTRA FERREIRA – Em nome do Deputado Professor Allan Kardec, eu cumprimento a todos da mesa; em nome da Vanda, eu cumprimento todos aqui presentes; e quero aqui também agradecer os funcionários deste Legislativo, os funcionários da Assembleia Legislativa que estão aqui nos auxiliando, se não fossem eles, com certeza, Deputado, nós não estaríamos fazendo esta Audiência.

Então, obrigado e boa noite a todos!

Deputado, primeiramente, quero te agradecer pelo seu trabalho – nós temos acompanhado – em defesa do nosso meio ambiente e por trazer para esta Casa de Leis um tema tão importante, que é a vida, que é a água, que é o nosso Pantanal. Obrigado.

E como disse o Sr. Lourenço, que falou tudo, temos que usar a palavra aqui, Deputado, tem material suficiente, técnico, do que é o Pantanal, como disse a Promotora, as necessidades do Pantanal e o que fazer para que o Pantanal sobreviva.

Então, diante desse projeto que está tramitando no Senado, eu acredito que, diante de toda esta Audiência Pública, temos que fazer um relatório final e interferir junto, mostrar para eles o que é Pantanal, porque eu acho que eles não conhecem.

Quando a Professora Solange mostrou que o projeto de lei autoriza o corte da canjiquinha... Daqui a pouco é corte do tucum, corte da laranjinha, o Pantanal não sobrevive sem essas plantas nativas.

O Pantanal – a canjiquinha, acho que todo mundo aqui conhece – é uma área extensa de canjiquinha, cortando a canjiquinha não vai ter árvore. O que terá futuramente? Vai virar um deserto.

Hoje nós estamos sofrendo aqui, Deputado, porque eu convivi... Não vou contar a história da canjiquinha não, porque o tempo é curto, mas eu nasci, cresci na Comunidade Caiçara, e nós tivemos uma mudança. Onde tínhamos canjiquinha, o tucum... Como disse o pescador, o Sr. Lourenço, nós já ouvimos dos nossos pais que a natureza não perdoa, a ganância do homem está destruindo a natureza.

O nosso Jauru nunca vai ser o mesmo, hoje o Cabaçal... Não há mais acesso às nossas baías na seca, e está clara a situação do nosso Rio Paraguai, hoje na seca quem tem mais conhecimento... Se o senhor for navegar e não tiver conhecimento, às vezes o senhor está lá no rio e já bate no banco de areia.

Então, quero deixar aqui, em cima do que o Sr. Lourenço disse, e falar mais uma vez que o pescador profissional não depreda o nosso Rio Paraguai e o nosso meio ambiente, e sim os falsos pescadores, as pessoas que vêm e não têm respeito pelo nosso meio ambiente.

Deputado, eu quero pedir a Vossa Excelência, e quero agradecê-lo mais uma vez, eu acredito que, diante desse relatório, vai fazer a diferença, sim, lá no Senado, porque o Blairo Maggi... É o segundo que ele dá de presente para nós, e eu acredito que a união faz a força. E se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Vossa Excelência precisar que essas pessoas estejam juntas, com certeza estaremos juntos com o senhor lá.

Eu quero falar para a aluna da UNEMAT, quanto ao Código Ambiental Municipal, não só a Vereadora Valdeniria, mas os 15 Vereadores, nós vamos fazer um requerimento ao Executivo buscando informações, e que seja encaminhado dentro do prazo legal da Lei Orgânica do nosso Regimento Interno, e daremos a resposta a vocês. E dependendo da resposta, nós não vamos ficar quietos. Tem a Comissão de Meio Ambiente desta Casa de Leis e com certeza, de tantas coisas, poderíamos cobrar muito mais.

Eu quero agradecer a todos vocês e agradecer mais uma vez, porque sem o nosso Pantanal, não há vida, não há água. E isso está acabando.

Eu agradeço, toca para frente e nos ajude a defender o nosso meio ambiente.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Vereadora Valdeniria, pode ter certeza que tem um pantaneiro lá na Assembleia Legislativa.

Com a palavra, a Sr^a Miraci Pereira Silva, assentada do Assentamento Roseli Nunes, de Mirassol d'Oeste. A palavra está com a senhora, Dona Miraci.

A SR^a MIRACI PEREIRA SILVA – Boa noite a todos e todas!

Já foram bem apresentados os estudos técnicos sobre a realidade do Pantanal, já é de conhecimento de todos. Eu só quero colocar aqui como anúncio de experiência da nossa luta. Eu sou assentada do Assentamento Roseli Nunes, sou agricultora, sou filha desta terra, nasci e me criei na beira do Rio Paraguai, onde a minha mãe, na hora de fazer o almoço, falava: “Vou ali pegar um peixe.” Rapidinho, ela vinha e preparava o peixe.

Eu sou assentada no Município de Mirassol d'Oeste, faço parte de uma associação, o nosso compromisso é trabalhar sem agrotóxico. Fornecemos às escolas municipais e estaduais lá do nosso Município, há agricultores também de outros Municípios.

A nossa luta é defender a vida, o alimento saudável e a variedade de produção. Essa é a nossa luta e o nosso compromisso. A nossa preocupação, gente, num debate deste, em que escutamos tanta preocupação... Nós também temos essa preocupação.

Isso é muito claro, é conhecido que esses grandes projetos em que poucos são beneficiados... Todo mundo sabe disso. São poucos os grandes empreendedores... Eles não vivem por aqui. Eles só querem sugar a riqueza do lugar. Somente isso. Para eles, não há pessoas, é só avançar o agronegócio, agora o grande avanço da soja, da cana de açúcar. O que nós sofremos em nosso assentamento, o impacto do veneno do entorno... Nós desafiamos lá a trabalhar na agroecologia, defendemos a nossa produção de alimento saudável, e a levamos para a mesa das nossas escolas.

E nós temos essa grande preocupação. Agora com essa discussão, esse grande projeto que está se avançando aí... Qual ser humano que tem um pingo de humanismo não se preocupa com isso? Nós sabemos que a monocultura destrói o meio ambiente, ela destrói a biodiversidade, ela impacta, porque assim que avança a monocultura seja de gado, seja soja, seja de cana, tudo é impactante, e têm mais essas hidrelétricas em tudo quanto é canto. Tudo quanto é rio, eles querem fazer hidrelétrica. Se há projetos, propostas, se há forma de fazer outras energias, porque não usa, porque tem que acabar com os rios.

Se não bastasse tudo isso, vem mais esse grande projeto de mexer no Rio Paraguai, o que será de toda nossa região, de todo nossos pequenos rios se esse projeto avança? Os grandes dizem que somos contra o crescimento, a evolução, o progresso. Ninguém é contra progresso,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

ninguém é contra, mas que seja um progresso humano, que respeite a vida da natureza e a vida do ser humano. (PALMAS)

Então, que esse recado seja levado. Eu fiquei indignadíssima com aquela Audiência Pública lá em Cuiabá, em que eu presenciei, eu fiquei indignada, gente, um dito-cujo, um cidadão disse que o que conserva o Pantanal é pé de boi. Tomar banho para esse “cara”!... (RISOS) Que barbaridade é essa! Ele nem vai à fazenda dele, só vai para ver o gado uma vez por mês, porque tem os babacas dos empregados que cuidam. Essa é a verdade.

Gente, a desgraça do ser humano é a ganância desenfreada, o saco da ganância não tem fundo. Quanto mais tem, mais tem, mais quer. Esse é o mal.

Então, que deem esse recado, que levem esse recado lá para o Congresso, porque nós sabemos que essa política dominante não respeita, não respeita o ser humano, não respeita a natureza, não respeita nada.

É esse o meu recado.

Eu estou aqui representando o povo pantaneiro, um povo que ama esta terra com toda a sua cultura, com todos os seus costumes.

Boa noite a todos!

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Dona Miraci!

Dona Miraci, eu quero uma atenção da senhora, antes de passar para o Luiz Sérgio, que é o próximo a falar.

A senhora está vendo aquelas duas moças que estão ali, escrevendo? Elas são taquígrafas da Assembleia Legislativa. A Assembleia Legislativa está instalada aqui. Estamos registrando tudo em notas taquigráficas. Nós sairemos daqui com todas as vozes que foram faladas, registradas.

Podem ter a tranquilidade de que a sua palavra, aquilo que a senhora falou aqui ficará registrado para a posteridade desta Audiência Pública.

Uma salva de palmas para a Dona Miraci Pereira. (PALMAS)

Passo a palavra para o Luiz Sérgio Lara Garcia, Diretor Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

O SR. LUIZ SÉRGIO LARA GARCIA – Primeiramente, boa noite a todas as pessoas interessadas nesta Audiência Pública para debater o Pantanal, especificamente o Pantanal Mato-Grossense, porque todos nós estamos no Pantanal Mato-Grossense.

Cáceres é atingida por três biomas, Prof.^a Solange Ikeda, que é o Cerrado, Floresta Amazônica e Pantanal. E esta é uma parte da SEMA, Deputado, e é de grande importância este debate.

Nós viemos para fazer um apontamento quanto ao artigo 225 da Constituição Federal, que cita: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público...” – que somos nós – “... e à coletividade”, que são as pessoas que estão presentes, a sociedade em geral.

É dessa premissa, é desse artigo, Deputado, que trago aqui um abraço do Secretário Baby – ele estará em Poconé –, que também comunga dessa filosofia do diálogo dos segmentos.

Mas, busco na fonte da Dr^a Liane, ela faz um apontamento das dúvidas quando uma norma que está sendo elaborada no Senado Federal e fazemos aquela pergunta: quem fala, de onde fala e por que fala? Já que vem de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul tem os seus

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

interesses, Padre Salomão. E é dessa forma que nós temos que buscar o gênese do debate e apontar que o nosso Mato Grosso, a nossa região tem as suas peculiaridades, Professor, tem as suas diferenças que Mato Grosso do Sul não tem, tem as suas qualidades, no Cerrado, na Floresta Amazônica, no Pantanal, é totalmente diferenciado.

O que quero dizer à sociedade, não só à SEMA como à Polícia Militar Ambiental e ao Juizado Ambiental, que também está focado neste trabalho e está aqui para somar...

O nosso colega do ICMBio está presente, não posso deixar...Porque nesta região, Deputado, procura-se trabalhar os três órgãos, a SEMA, a Polícia Militar Ambiental, o JUVAM ou Ministério Público, em ações dessa natureza, principalmente quando a Prof.^a Solange Ikeda deu um apontamento quanto à nascente, esse é um trabalho que nós... Não é só a SEMA que vem fazendo esse trabalho de recuperação de nascentes.

Mas, o que quero dizer, um apontamento, e aqui mais especificamente ao pescador profissional, Dr^a Liane, é que quando assumimos a direção da Regional, nosso amigo Creude, a maioria, de 100% dos autos de infração, 99% dos autos de infração, Dr^a Liane, eram somente para o pescador profissional, ou pescador amador e grande parte da agricultura familiar.

E deve ser feito um questionamento, Doutora: por que somente essas pessoas estão sendo vitimadas de um auto de infração de um órgão fiscalizador? Será que é o cidadão que está errado, ou nós, Poder Público, devemos fazer uma reciclagem, fazer uma análise e ver que não é somente o pescador? Quando eu assumi a direção, Júnior, desta Regional, eu tive que fazer esse questionamento: por que somente existe auto de infração contra o pescador profissional? Não tem contra o pequeno, o médio, o grande produtor ou outros segmentos. Quando se fala em meio ambiente, fala-se no todo, em geral, e é dessa forma que temos que apontar, Deputado.

A Secretaria está com uma condição de trabalho melhor, hoje estamos com uma lancha que foi disponibilizada aqui para nós, graças ao Fundo da Amazônia, Prof.^a Solange Ikeda, graças à Vila Bela da Santíssima Trindade, que nos contemplou com duas caminhonetes e uma lancha para desempenhar o trabalho, não só de fiscalização, mas também o que eu falo para o Padre Salomão: política de educação ambiental, dialogar com a sociedade, levar informação à sociedade.

O pescador profissional tem sede, Creude, de informação. Você que é de um segmento empresarial, tem sede de informação, como também o pequeno, o médio, o *trade* turístico tem sede de informação.

Então, o que eu quero dizer é que essa Secretaria está à disposição da sociedade para o diálogo, para também dar o suporte a esse trabalho, que é de grande importância, afirmando sempre que o nosso Mato Grosso e o nosso Pantanal têm suas peculiaridades que devem ser salvaguardadas.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Nós é que agradecemos e percebemos que tem avançado mesmo na política de fiscalização, lá embaixo. Aliás, lá embaixo, em Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger, temos percebido que a equipe de fiscalização tem avançado nesse sentido.

Lourival Mota, membro da Associação de Pescadores. Depois do Lourival, volto para a mesa, para o Geraldo Donizete.

O Lourival é o penúltimo inscrito da plateia e já, já fecharemos com o Cleres a participação da plateia e terminaremos aqui na mesa com todo mundo falando.

Lourival, a palavra está com o senhor.

O SR. LOURIVAL MOTA – Obrigado pelo convite.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Sou Presidente da Associação de Pesca de Cáceres, faço das suas palavras, Juraci, como membro do COMDEMA e membro do Conselho ICMBio, sempre estamos discutindo a sustentabilidade do Pantanal. A palavra é muito maravilhosa.

Sou pescador, sou turismólogo, tenho pós-graduação, mas ficamos analisando as coisas, sempre debates.

Luizinho, você falou belas palavras, mas hoje nós estamos construindo uma rodovia dentro do Pantanal, que está 100% a vapor, em pleno vapor, melhor dizendo, e a construção de 03 portos.

Na primeira hidrelétrica que construíram no Rio Jauru, eu tive a oportunidade, na primeira hidrelétrica, de participar na coleta de animais que estavam flutuando lá na represa, hoje eu acho que já está na quinta represa.

Então, falamos em sustentabilidade, mas para aqueles que têm a carência de escoar a sua safra pelo Rio Paraguai, dragaram o rio como podemos ver, hoje as nossas nascentes... Resumindo, hoje nós temos a Universidade do Estado de Mato Grosso dentro de Cáceres, com professores capacitados, como o Prof. Clóvis, que foi meu professor, como a Prof.^a Solange Ikeda, só que demonstra os problemas que nós temos aqui no dia a dia, Deputado. Temos uma lei tramitando no Congresso, no Senado, antes de ouvir as pessoas, os interessados, os pescadores, agricultores, para, depois...

É uma bela Audiência Pública que eu fiz questão de participar, mas não espero muito coisa não, sinceramente, já participei de outras Audiências Públicas, em Cuiabá, sobre a Lei da Pesca, essas coisas, e só estou vendo prejudicar o lado do menor, como muitas pessoas falaram aqui, o Lourenço e outras pessoas.

A pesca está aí! Temos o Conselho do Meio Ambiente de Cáceres, que até hoje dentro de uma Câmara Municipal, com 15 vereadores – e, também, não sei qual o interesse de cada um aqui – até hoje está parado. Como vamos falar de meio ambiente se não temos nem o Código Ambiental do Município? Perdemos horas trabalhando, estudando, pesquisando; e o Poder Público faz vista grossa. A população sente isso!

Eu acho que vou encerrar minhas palavras, porque já estou desencorajado de participar dessas coisas e não ver resultado. Infelizmente, é o que eu penso.

Não é, Presidente Juraci?

Está aqui o Rogério, do ICMBio, fazemos esse trabalho com pessoas que fazem estudos, que fazem pesquisas, mas não estão sendo ouvidas. Acho que quem sofre com isso não sou eu, mas é a população, somos todos nós, o rio, o meio ambiente.

Amiga Valdeniria, canjiquinha? (RISOS) Quem não sabe o que é canjiquinha? É uma árvore nativa aquática do Pantanal. Na região do sítio do seu pai, quantas vezes fomos pegar canjiquinha, caçara aqui? E aí o cara vem discutir que canjiquinha... É melhor nem questionar isso! Quem não sabe o que é canjiquinha? Isso é um “h” para desmatar as margens do rio para plantar soja... Então, a cada dia vai descobrindo subterfúgio para poder fazer...

Espero que essa BR que está sendo construída vá até Barranco Vermelho. Está uma maravilha, um tapete, melhor que qualquer BR pela qual nós trafegamos. As pontes estão desmontando, por quê? Para que essas carretas de soja descarreguem lá embaixo. Só que, assim, nós sofremos com isso.

O nosso turismo em Cáceres é fraco. Ele está acabando! Infelizmente! Há uns anos, era o forte de Cáceres. Só não vê quem não tem isso. Então, temos que ser bem realista.

Graças a Deus sou bem realista e minha visão é essa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Muito obrigado! Agradeço a todos aqui e desculpem pela franqueza. (PALMAS)
O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Lourival

Mota.

Eu entendo, perfeitamente, o seu posicionamento.

Passo a palavra, para falar da questão do turismo, ao Geraldo Donizette Lúcio, Agente Técnico da Coordenadoria de Estruturação do Turismo, neste ato representando o nosso amigo Jaime Okamura.

Geraldo, só um segundo!

Eu quero falar para o Lourival!

Lourival, eu entendo, perfeitamente, a sua indignação, mas não podemos desanimar de lutar. Muitos aqui já estão rodando há muito tempo atrás de respostas e de tentar barrar o avanço dessa agricultura agressiva no Pantanal, dessas PCHs no Pantanal, e estamos tendo vitórias pontuais.

E aí eu quero agradecer as resistências que temos aqui, a partir de Cáceres.

E dizer que, em maio deste ano, tramitou, na Comissão de Meio Ambiente, Repulsos Hídricos e Repulsos Minerais da Assembleia Legislativa, a cota zero. E quero deixar muito tranquilamente para vocês que se não tivesse um ribeirão lá dentro para falar: opa, sem chance de passar cota zero sem discussão, vocês já não estariam mais pescando. Então, se o cenário está ruim, poderia ser pior. E só não é pior, porque estamos lutando, ainda, existe resistência.

Eu peço para o senhor, Lourival: não desista! Fique firme! Seja forte! Nós estamos na resistência e precisamos do senhor.

Com a palavra, o Sr. Geraldo Donizete.

O SR. GERALDO DONIZETTE LÚCIO – Boa noite a todos!

Eu parablenizo o Deputado Professor Allan Kardec pela iniciativa de trazer não só para Cáceres, mas para os Municípios do Pantanal esta Audiência Pública para discutirmos sobre o Pantanal.

Cumprimento a mesa na pessoa do Júnior, que é Secretário, e na pasta dele, também, tem o Turismo. Então, o chamamos de Secretário de Turismo. Nós sabemos que tem lá os diretores que respondem dentro da pasta.

Ficamos contentes quando vemos uma discussão calorosa desta, iniciando com palestras que foram dadas aqui pelo Clóvis Vailant e pela Professora Solange Castrillon, em que mostram o Pantanal como um todo, o Pantanal por inteiro. E para pensarmos o Pantanal por inteiro, não só a partir das nascentes, do planalto até a planície, pensamos, lógico, no bioma com a sua flora e com a sua fauna, mas pensamos, também, nas pessoas que ali estão vivendo, que ali estão residindo há muitos e muitos anos, desde os Guatós, os ribeirinhos.

Eu sou da Secretaria de Turismo, mas tenho um histórico aqui, nesta região, trabalhando pela EMPAER. Eu sou técnico de carreira da EMPAER e, há quase 20 anos, estou cedido à Secretaria de Turismo e trabalho o turismo no Estado como um todo.

Mas, o Pantanal tem uma especificidade para o turismo. Hoje, se falarmos em turismo no Estado de Mato Grosso é porque temos um Pantanal com um cenário maravilhoso, não só de biomas com flora e fauna, mas com pessoas, e as pessoas que fazem o Pantanal. Então, preservar o Pantanal é preservar, também, o homem pantaneiro, o ribeirão, pescador, preservar as pessoas nesse Pantanal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

O turismo em Mato Grosso começou a se desenvolver a partir dos anos 70 com a criação do Conselho Estadual de Turismo, em 1974. Esse conselho cria, em 1975, uma empresa chamada TURIMAT e, na época da TURIMAT, nós tínhamos a EMBRATUR.

Hoje, em 2018, nós temos a SEDTUR, que é uma Secretaria Adjunta de Turismo, e temos o Ministério do Turismo que pensa políticas públicas para o turismo. E a nossa Secretaria, embora sendo adjunta dentro da SEDEC, pensa políticas públicas para o turismo.

Então, estamos aqui representando o Secretário Adjunto, que é o Jaime Okamura; o Leopoldo Mendonça, que é o Secretário da SEDEC; e, também, o Governo do Estado, que tem pensado políticas públicas para o turismo.

E eu, enquanto técnico de carreira, estou aqui enquanto setor público, mas somos sociedade, também. Então, temos o nosso lado de sociedade. Como sociedade, eu faço parte de cooperativa; como sociedade, eu faço parte de associação, literalmente; como sociedade, eu faço parte de instituto. Então, nós entendemos a sociedade. E quem são os políticos? Temos que falar os políticos! O Deputado Professor Allan Kardec está aqui como político, mas alguns anos atrás era estudante, era professor, era sociedade. Então, ele tem um lado de sociedade.

E o nosso Pantanal é o carro-chefe do turismo de Mato Grosso. Se acontece o turismo em Mato Grosso; se está acontecendo... Se nós alisarmos o Município de Cáceres, quem reside aqui sabe que o turismo acontece aqui já há alguns anos. Temos aqui barcos hotéis, 27 barcos hotéis. Temos barcos de passeio. Temos pousadas. Eu estive aqui uns 30 dias atrás visitando com uma consultora que o Estado contratou com recursos do Ministério do Turismo, porque estamos fazendo plano de *marketing* do Pantanal e não foi a primeira vez que fiz isso. Já fiz isso por várias vezes descendo o Rio Araguaia, nesse cenário maravilhoso, andando na rota da piraputanga em que o turismo acontece.

O Festival de Pesca, na verdade, é um motivo, um evento alavancador do turismo, alavanca o turismo. A partir do advento do Festival de Pesca, que foi sendo sustentável e vai partindo para uma sustentabilidade, o turismo está acontecendo em Cáceres, assim como acontece no Pantanal de Poconé, no Pantanal de Barão de Melgaço, de Santo Antônio de Leverger.

Então, o turismo vem para o Pantanal no âmbito da oportunidade, como o Clovis disse aqui. O Pantanal tem várias oportunidades econômicas de produção: passa pelo boi, que tem que ser repensado no boi verde, no boi ecológico; passa pela apicultura, que foi citado aqui; passa pela piscicultura, que pode ser em tanque escavado ou em tanque rede; passa pela agricultura familiar. E o que o turismo faz? Apropria-se dos saberes e dos fazeres do povo, das pessoas que estão no Pantanal, transformando esses saberes e esses fazeres em produto.

Aí eu falo de desafio. Falamos de oportunidades e temos desafios. Qual é o desafio? É que o turismo cresça e aconteça. Assim como foi citado que Corumbá tem trazido divisa, que possa trazer mais divisas e grandes divisas, e seja envolvente, e possa envolver mais pessoas no Pantanal.

Essa é a minha fala. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito bom, Geraldo!

Obrigado pela contribuição e por permanecer conosco aqui.

Encerro a fala da plateia com Cleres Tubino Silva, Presidente da Associação Ambientalista Turística e Empresarial de Cáceres.

O SR. CLERES TUBINO SILVA – Obrigado pela oportunidade!

Cumprimento o Deputado, todos os componentes da mesa, as autoridades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

O meu nome é Cleres Tubino. A minha origem é praticamente aqui, nasci em Cuiabá e vivo aqui há 45 anos. Sou filho de apicultor e agricultor. Muitos conhecem o meu pai, produz mel de abelha até hoje. A minha origem está aqui, não esquecemos.

A Vereadora Valdeniria sabe que aquele canjical para o Caiçara era caminho nosso para fazer visita à família dela.

Hoje, eu represento a Associação Ambientalista Turística e Empresarial de Cáceres-ASATEC.

Ouvindo a fala de todos, desde o primeiro orador, gostaria de citar alguns pontos que achei oportuno e importante.

O Secretário de Turismo, pelo *WhatsApp*, questionou-me sobre algumas coisas em relação à comparação a essa atividade aqui.

Corumbá, que é um ícone de turismo, tanto de turismo ambiental como de turismo de pesca, começou muito antes que nós, 20 anos à frente.

Mato Grosso do Sul, por uma questão de organização – não sei explicar o porquê – sempre trabalhou muito bem a mídia do Pantanal.

Nós vamos a feiras de turismo pelo Brasil inteiro, participamos pelo Brasil inteiro de feira de turismo, eu escuto falar: “Ah, o Pantanal... Corumbá?” O pessoal não conhece o extremo norte, não conhece Cáceres. Agora, isso tem prós e tem contras. Bom é que Corumbá tem uma economia importante, estruturada no turismo.

Mas, quero dizer que Cáceres, por ter começado depois, e essa atividade, como toda atividade, não começou tão bem, teve momentos difíceis, passou por período difícil, até a opinião pública não aprovou muito, mas hoje posso garantir que é uma atividade sustentável e é um pilar econômico.

Cáceres hoje recebe turista, não é a metade que recebe Corumbá, mas temos alguns pontos importantes. Viu, Professora Ikeda? Temos uma região preservada; temos uma cabeceira de rios com menos impacto nesse negócio; começou numa época em que nós aqui, hoje, como sociedade organizada começamos a discutir o futuro disso e, até esses 20 anos que ela existe, temos feito gestões ambientais, não estamos procurando só trazer o turista e ver a parte financeira.

Eu tenho ali como testemunha o nosso amigo do ICMBio, que eu... há poucos dias, como conselheiro do Conselho de Pesca, aprovamos aquela reserva fantástica, aquele berçário que tinha vencido o prazo, que é um berçário de milhares de hectares, ali é um verdadeiro celeiro de onde o peixe migratório sai de lá e vem atender o nosso pescador profissional, que muito bem falou famílias que dependem disso.

O berçário do lado da Reserva do Taiamã... Temos 03 reservas ali: do Taiamã, RPPN, que é Jubran, e criamos uma área chamada Gramal, que os antigos conhecem, é uma região de berçário fantástico.

O Dr. Claumir da UNEMAT, nós temos uma parceria também com a ASATEC de fazer pesquisas de reprodução.

Deputado, para Vossa Excelência ter ideia, hoje nós temos um compromisso com o Ministério Público de não fazer o defeso – a Dona Elza é uma parceira grande nisso – baseado no interesse econômico, mas baseado em estudo de reprodução, e hoje está sendo respeitado.

Por isso que nós deixamos o mês de outubro, que era o mês mais produtivo, porque está comprovado que é um mês, em uma denúncia ao Ministério Público, reprodutivo.

Nós consideramos a perda de venda, no mês de outubro, como uma poupança para que os nossos filhos vivam disso. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Sobre as Leis de Pesca, ao qual o senhor se referiu, de cota zero ou não, nós aprendemos muito. Aprendemos com a Dona Elza, aprendemos com os pescadores profissionais e estamos aprendendo a respeitar as necessidades de cada um.

Nós sabemos que o profissional precisa ter o direito de pescar e nós o de trabalhar.

A proposta que temos apresentado... O senhor, inclusive, não se lembra, mas nos encontramos no gabinete da Deputada Janaina Riva para tratar desse assunto, para apresentar uma proposta mais equilibrada, e propomos: hoje, é não tolher os direitos dos tradicionais, até porque eu tenho essa origem também. Eu acho que o pescador profissional de fato, o pescador profissional de direito precisa ter o direito de pescar.

O que se discute hoje, tanto no meio profissional, como no meio dos empresários, é quem são legítimos. Não podemos colocar todo mundo no mesmo saco. Há bons empresários, há maus empresários. Há bons profissionais e, infelizmente, os bons estão sendo prejudicados por muitos que fazem contravenção de identidade para poder receber seguro. Mas, eu acho que isso nós estamos resolvendo.

Uma coisa que eu acho interessante, ouvi aqui na fala do Ministério Público, que desafio fazer uma lei em nível federal, que desafio é esse fazer uma lei lá em cima que atenda às necessidades daquele rapaz que falou pela Colônia e atenda às necessidades econômicas do Município de Cáceres, que é pequenininha. Eu acredito muito no colegiado.

Lá no Conselho de Pesca, eu aprendi que, estando representado aqui por pessoas da comunidade tradicional, autoridades do Ministério Público, do Meio Ambiente, temos condições de tomar decisões mais acertadas.

Isso está acontecendo no Conselho de Pesca e quero dizer para o Presidente do COMDEMA: o COMDEMA tem uma participação importantíssima que, talvez, os vereadores não se lembram disso, há 07 anos, nós, da ASATEC, junto com outros, o Salomão é testemunha, apresentamos uma proposta de redução de 50% de retirada da cota de pescado no Município de Cáceres, e a proteção do Dourado.

Isso foi para o COMDEMA e aprovamos, Salomão, essa norma...

Meu tempo se esgotou, eu precisaria de mais uns 15 minutos, mas vou concluir, porque considero importante este momento.

Quanto a essa diminuição de cota, a princípio recebemos crítica, porque acharam que ia engessar o Município. Muito pelo contrário, Corumbá aprovou a proteção do Dourado em Mato Grosso do Sul. Então, veja, temos 57% da área do Pantanal no Município de Cáceres, mais Corumbá, o Dourado ganhou um grande território de proteção.

A cota de pescado de 05 quilos da nossa lei foi para o Estado. A Lei nº 9.096 é uma cópia da nossa Lei. Então, o COMDEMA fez um papel importante e isso prova que um Conselho Municipal tem poder de gestão e tem poder de atender as necessidades de cada região, porque elas são diferentes.

Então, como representante do grupo do turismo, quero pedir e registrar aqui 02 itens importantes.

Nós estamos protegendo, em Mato Grosso, o período de defeso em outubro; e Mato Grosso do Sul não, lá começa em novembro. Eles estão adentrando em nosso território, existe um indício disso, estão pescando no fundo da Reserva Taiamã e levando cota de 10 quilos, e aqui são 05.

Então, eu gostaria que o Estado, o Ministério Público, as autoridades, fizessem gestão para colocar um posto fiscal de divisa. Esse é um pedido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Bela Vista do Norte é exatamente o ponto de divisa, chama tríplice fronteira, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bolívia. Essa é uma gestão importante.

Outra coisa, quero depois apresentar por escrito ao Deputado a proposta que temos de gestão de pesca, que não vai prejudicar o profissional, não vai prejudicar a tradição cultural do nosso Município, nem dos Municípios ribeirinhos, porque ela prevê, se eu ou senhor formos pescar, trazer o peixe para comer dentro da cota, dentro da medida, mas não precisamos mais tirar peixe para fora do Estado, para outros Municípios. O turista tem que vir aqui e valorizar gastronomia local, como o Peixe em nosso Barco, como o Sílvio Preto, pescador profissional, amigo nosso, que vai lá e faz o peixe no fogão de lenha.

Então, essa proposta é mais equilibrada; desde 2012, vimos amadurecendo, ouvindo, houve conflitos em determinados momento, mas acho que hoje está muito mais acertada e tem uma capacidade de contribuir com o que estamos buscando aqui hoje.

Com o meu tempo estourado, já peço desculpas, quero dizer que a oportunidade de uma Audiência Pública desta, com tantas pessoas importantes, com tantas diversidades de usuários tradicionais, pescadores, representantes de empresários e vereadores, eu acho, Valdeniria, que é a primeira oportunidade que estamos tendo de falar com propriedade desse pilar econômico.

O turismo aqui em Cáceres, essa cadeia movimenta uma cadeia produtiva tão fantástica, dá trabalho para filhos de pescadores que fazem essa opção, atinge toda cadeia produtiva, desde refrigeração, é muito grande e muito importante para o Município e é sustentável, posso garantir isso.

Mas nós precisamos cuidar disso com carinho de maneira colegiada, porque nem tudo que eu falo pode ser 100% correto. Então, o contraditório é importante, sempre respeitei isso, voltei atrás em muitas opiniões que nós tínhamos, e temos humildade de colocar aqui hoje, e o setor do turismo de Cáceres vai ser menor, Secretário, e vai crescer, mas vai crescer com qualidade.

Nós vamos fazer isso de maneira sustentável e de maneira bem produtiva para que o Município seja um ícone como é, sendo o primeiro Município do País a ter uma gestão própria de lei de pesca, e isso nunca foi levantado.

Então, isso é orgulho para nós, e eu gostaria de compartilhar isso com a Câmara, com o Vereador Cezare Pastorello, que é um Líder importante aqui.

Estamos à disposição para contribuir, para sermos cada vez mais sustentável.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Cleres Tubino.

Demos um tempo de 12 minutos para o senhor e eu gostaria que fizéssemos uma discussão exclusiva da pesca. Acho que devemos fazer isso.

Estou com os meus Assessores, o Gustavo, que tem pousada pesqueira, exclusivamente esportiva, em Santo Antônio de Leverger e em Barão de Melgaço, o outro assessor nosso foi Secretário de Agricultura e Meio Ambiente em Poconé, está ali o Urbano, a nossa equipe está preparada para fazer essa discussão, e eu acredito que conseguimos, no colegiado, com todos os interesses, encaminharmos para algo bem maduro nessa questão da pesca.

É obvio que o turismo precisa ser alavancado e também a proteção dos nossos pescadores tradicionais.

O Rogério, do ICMBio, está ali levantando a mão, não tinha feito inscrição, mas ficou com vontade de falar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Eu vou passar para a mesa, vamos fazer as duas últimas inscrições, mas eu vou garantir a sua fala também.

Com a palavra, o Vereador Cezare Pastorello, que está inscrito há horas. Ele foi lá fora e colocamos o senhor para falar depois, em seguida o Rogério, do ICMBio e encerro com o nosso Secretário, o Júnior, esta Audiência Pública.

Vereador, a palavra está com Vossa Excelência.

O SR. CEZARE PASTORELLO – Boa noite a todos!

Sem mais delongas, cumprimento os presentes que resistem até agora.

Nós já discutimos a Lei do Pantanal aqui.

Nosso Município é ativo na proteção do Pantanal, até porque nós vivemos, fomos criados em função justamente do nosso Rio Paraguai.

Curiosamente, há cerca de um mês, fui convidado a representar o Deputado Dr. Leonardo em uma Audiência Pública sobre a Lei do Pantanal em Vila Bela da Santíssima Trindade.

A sintonia da lei com o nosso Pantanal é tão grande que o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda estão incluídos nas suas áreas inundáveis na Lei do Pantanal, essa que está tramitando no Senado. Ou seja, do Pedro Neca para lá, todo mundo conhece, já é Bacia Amazônica, é outra fauna, outra flora. Como dizem, lá o rio corre para cima, corre para o norte, no entanto, está na lei e temos que discutir muito mesmo.

Eu vou pular alguns temas aqui, que tenho certeza que já foram abrangidos pelo meu Professor Clóvis e pela Professora Solange, curso do Pantanal e o planalto, tenho certeza que eles já falaram, e quero chamar atenção para item importante para ser discutido quando se falar de Lei do Pantanal em Mato Grosso, que é a história da nossa ocupação do nosso Pantanal.

Nós somos um consórcio de pecuária com o Pantanal de mais de 200 anos. Todas as áreas licenciadas para desmatamento dentro das áreas do Pantanal para exploração da pecuária foram sempre nas áreas mais próximas aos cursos d'água, porque o pecuarista procura as áreas mais próximas do curso d'água, área mais baixa, nas partes secas, justamente para ter água para o gado.

Estamos vendo, agora, uma substituição gradativa das pastagens por lavouras, e a lavoura quando se instala em área virgem, procura áreas mais longes do curso d'água, procura as áreas mais altas justamente para evitar contaminação. Mas, quando eu pego uma fazenda com pastagem, com pecuária, e faço a substituição da pastagem pela lavoura, eu vou plantar soja, ou milho praticamente dentro da água. Com isso, impactamos numa coisa que as pessoas não fazem associação.

Eu vejo sempre falarem de pesca. Vou substituir pesca por *Aedes aegypti*. Quando queremos acabar com o foco do *Aedes aegypti*, fazemos o quê? Matamos os mosquitos adultos? Faz diferença matar o mosquito adulto? Não. Nós matamos o foco, nós matamos onde ele se reproduz, onde ele se desenvolve. Os peixes desovam nos rios, não é na calha do rio, onde ainda nós temos a preocupação, mas são justamente nas baias, nos corixos, que estão próximos às áreas de plantio.

Eu não sou biólogo, mas o Leandro está aqui e pode confirmar, eu tenho glifosato sendo aplicado em área próxima da área, matando o *fitoplâncton*, que alimenta os *zooplâncton* e ambos são alimentos das larvas, porque o peixe antes de ser alevinos ele é a larva. Ele se alimenta das plantas, fitoplantas ou plantas.

Então, nós matamos, esterilizamos as áreas de reprodução do peixe, área de desenvolvimento do peixe e ninguém aventa isso. Ninguém pensa que nós aplicamos a nossa piscosidade, exatamente, o que nós fazemos com o *Aedes aegypti*. Nós vamos lá, matamos o foco e,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

depois, saímos reclamando que não tem peixe. O pintado coloca lá 03 milhões de ovos e não desenvolve nenhum, porque nós matamos lá e queremos controlar a cota do pintado. Está errado!

Gente, piscicultura tenta reproduzir o ambiente natural para tirar toneladas e toneladas de peixes. Ou seja, dando condições de o peixe se reproduzir, o ambiente natural é onde se vai gerar toneladas de peixe muito mais que uma piscicultura. Não fazemos esse raciocínio.

O nosso Código Ambiental é cobrado sempre pela Juraci. Em novembro de 2016, foi colocado à disposição da comunidade, eu já tinha sido eleito Vereador, mas ainda não tinha assumido, na minha primeira Legislatura, e fiz, inclusive, sugestões na página que foi disponibilizada durante 30 dias.

Eu tenho o Código, porque já baixei de lá. É uma necessidade fazermos a sua aprovação, porque a Constituição Federal garante, nos artigos 129 e 130, que se legislarmos sobre o meio ambiente de forma mais restritiva, o que vale é a nossa legislação. Recentemente o STF também, a 2ª Turma do STF, garantiu esse entendimento, que sendo fundamentada a restrição o que vale é o que nós legislarmos, porque nós fazemos a legislação local.

Dentre essas restrições, de forma fundamentada, nada impede que o nosso Código proíba a instalação de mais PCHs. Nada impede! Nós podemos fazer esse tipo de restrição. Nada impede, por exemplo, que o nosso Código proteja as espécies específicas daqui, do Pantanal, ou de Cáceres, que estão ameaçadas, com corte autorizado pela Lei do Pantanal, como é o caso da canjiquinha, que está como sujeira de pasto, e nós sabemos que não é; como o tucum, que faz parte do ciclo do pacu, todos sabem. Todos daqui, desculpem, conhecem o ciclo da reprodução do tucum por meio da digestão do pacu.

Eu não posso deixar de falar do que o Lourenço falou. O tempo é curto e, por isso, vou falar rápido, que é a questão do esvaziamento cultural.

Como eu falei, nós estamos aqui há mais de 200 anos. Somos uma cultura extremamente integrada, arraigada na relação com o Pantanal. Lá na Guariba-Roosevelt, que é reserva, também, Reserva Guariba-Roosevelt, eles deram um jeito de, simplesmente, viabilizar que os coletores de castanha, que desenvolviam, havia uma comunidade lá tradicional, centenária instalada, desaparecessem, porque deram condições de eles não serem mais coletores. Muitas vezes, aparecem pessoas aqui com fórmula mágica, dizendo: “Não, nós vamos tirar o pescador profissional; vamos dar um curso de turismo para ele, dar uma casa na cidade, ensinar a fazer pão, ensinar a fazer qualquer coisa.”.

Gente, estamos matando uma cultura que tem que ser preservada, que não pode deixar de ser considerada. (PALMAS) Ele não está pescando, porque ele está morrendo de fome. Ele está pescando, porque é pescador tradicional.

É isto que eu tenho a dizer!

Quanto ao Zoneamento Socioecológico, eu vou falar uma curiosidade para vocês: eu fui consultor do PNUD há 20 anos nesse zoneamento, eu era consultor da FEMA, que era Fundação Estadual, do Governo Dante, e, na época, foi feito um levantamento gigantesco do Estado de Mato Grosso, um levantamento pedológico quase que perfeito. E o resultado disso, em vez de ter sido uma lei aprovada impondo restrições, impondo incentivos, o que esse levantamento fez foi cair nas mãos de particulares e causar, por exemplo, a invasão de Paranatinga. Paranatinga foi invadida, porque o solo lá era apropriado.

Eu falo da questão do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, porque ele está tramitando no Estado, tem que ser aprovado pela Assembleia Legislativa. Precisamos implantar esse zoneamento. Precisamos dar incentivos para que aqui sejam desenvolvidas atividades compatíveis

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

com o nosso bioma e restrições ou “pedaços”, como dizemos, para que não sejam desenvolvidas outras.

Esta Audiência Pública é extremamente importante. Como eu falei, não é a primeira. Nós, como Vereadores, estaremos sempre à disposição para ouvir a comunidade e influenciar, quem sabe, no Senado sobre essas discrepâncias que há na Lei do Pantanal.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Vereador. Foi oportuna demais a sua fala.

Então, eu passo a palavra, finalizando a nossa Audiência Pública...

Ah, o Rogério do ICMBio fez uma inscrição, de última hora, para finalizar a plateia. Na sequência, passaremos ao nosso Secretário Municipal.

O SR. ROGÉRIO – Boa noite!

Deputado, eu peço desculpas por quebrar o protocolo das inscrições. Peço desculpa a todos. Antes da fala do Clóvis, o senhor já havia mencionado 20 inscrições, e eu imaginei que não chegaríamos a todas. Mas serei bem rápido.

Para chamar atenção ao fato de que na primeira proposta, na primeira versão do Projeto de Lei, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que abreviam como ICMBio, foi chamado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação a emitir um Parecer com a nossa posição em relação à lei aqui, no Estado de Mato Grosso.

E aí fizemos várias consultas. O Município de Cáceres passou por momentos de debates e existe... Eu acho que é importante! Como a Assembleia Legislativa vai fazer um documento por escrito e encaminhar para o Senado, talvez, considerar, também, essa manifestação que o ICMBio emitiu pelo Estado de Mato Grosso...

E dizer o seguinte: que nós estamos passando desde o início da década de 2000 por um processo de desmantelamento da legislação ambiental brasileira.

Essa noção, Vereador, de que o Projeto de Lei incorpora o Pantanal como um todo, incluindo as áreas de planalto com a planície, eu não sei se está bem claro, especialmente, com base nisso que a Promotora chama atenção para os processos de licenciamento.

O senhor mencionou na sua fala, agora: a Bacia do Alto Paraguai exige, nos processos de licenciamento, atenção especial. Nós tivemos uma norma muito simples para abrir as áreas e continuamos com uma norma muito simples para poder transitar atividade produtiva no mesmo solo. Então, você imagina que, há 04 anos, para pulverizar com o avião próximo aos cursos de água era de 400 metros a distância permitida. Hoje, são 90. Há, no Médio Norte, inúmeros vídeos feitos por várias instituições que mostram o avião pulverizando em cima do curso d'água.

A sustentabilidade do Pantanal está clara, não vou falar sobre isso novamente. Então, levar para essa escrita que a Assembleia Legislativa vai fazer que existe um instrumento na norma brasileira, da Política Nacional do Meio Ambiente, a Avaliação Ambiental Integrada dos Empreendimentos da Bacia.

Ambiental integrada!

Então, a bacia sofre a pressão da mineração, da agropecuária, dos barramentos hidrelétricos e da piscicultura que está introduzindo em Mato Grosso várias espécies de flora. São vários os impactos. A bacia dá conta de tudo isso? Hoje, os colegas da SEMA sabem disso, não estamos avaliando dessa forma para licenciar e para fiscalizar, depois. E quanto custa a recuperação de um hectare de área degradada, como apareceu na foto, no Cabaçal, no Sepotuba, as áreas de desertificação que já são realidade no Brasil?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Então, isso precisa ir para a proposta e, talvez, melhorar esse aspecto dos critérios para licenciar com base na sensibilidade que o bioma tem.

Muito obrigado!

Desculpem, mais uma vez, a inscrição extemporânea. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Rogério.

Já garanto que não faremos sozinho esse relatório. Vamos convidar algumas pessoas para na Comissão termos uma tarde, um dia todo temático para debatermos o que fica e o que não fica nesse relatório, porque vai ficar grande, para que possamos fazer a contribuição.

Júnior, a palavra está com o senhor para encerrarmos as inscrições da mesa.

Todos estão contemplados na mesa, não é?

Júnior, o senhor tem 03 minutos.

O SR. JÚNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE – Deixe-me cronometrar o meu tempo aqui.

Boa noite a todos! Cumprimentar todos da mesa em nome do Deputado Professor Allan Kardec, a quem gostaria de parabenizar pela atitude e dizer que o Pantanal sofre quieto, as vozes somos nós, se nós não gritarmos por ele, ele vai padecer quieto, não é isso, Isidoro?

Aqui está uma pessoa que grita e muito por este Pantanal, por este rio, então, todas as dores do Pantanal, Professora Solange, são ouvidas na voz de pessoas como o Sr. Isidoro Salomão, que grita em nome deste ecossistema tão importante, que é a manutenção das nossas vidas e principalmente da vida dessas pessoinhas, pequenininhas ainda, que têm o mesmo direito que nós temos de pescar e usufruir dessas belezas naturais. Então, cabe a nós preservarmos esse ambiente que sofre calado, mas que tem pessoas que gritam por ele.

Dizer a Juraci, Presidente do COMDEMA, e a todos que o Código Ambiental já vai vir para esta Casa, Vereadora Valdeniria. Nós estivemos em discussão desde o começo do ano com o COMDEMA, Sr. Rogério, lembra as reuniões com consórcio para discutir descentralização junto ao COMDEMA, você lembra disso Rogério? Agora no início do ano, junto com o COMDEMA.

Liandra participou da reunião agora terça-feira, em que ela relatou para o COMDEMA que o Código Ambiental estava saindo da Secretaria para a Procuradoria-Geral do Município sem nenhuma alteração, de acordo com o que foi discutido exaustivamente junto com o COMDEMA – o Vereador Cezare Pastorello sabe também disso –, para o último visto do Parecer da Procuradoria do Município, em seguida vai para o Prefeito e aí vem para a Casa de Leis para apreciação de todos os Vereadores, acho que terá Audiência Pública e inclusive algumas emendas – não é, Vereador Cezare?– que são necessárias, como Vossa Excelência relatou aí, creio que vai engratecer ainda mais o nosso Código Ambiental.

Então, é isso gente, quero mais uma vez parabenizá-lo, Deputado, pela iniciativa de debater o Pantanal, que é nosso, é do Estado de Mato Grosso, também é dos irmãos de Mato Grosso do Sul.

E dizer ao Cleres Tubino que ele não está sozinho nessa luta. No turismo de pesca aqui em Cáceres, já tivemos momentos melhores, como o Lourival falou, devido à crise que o País enfrenta, não é, Cleres?... Mas estamos suportando muito bem isso, ainda estamos girando entorno de 20 a 25 milhões de reais na economia, trazendo o dinheiro de fora para o nosso Município somente no quesito da pesca. São os guerreiros do turismo, os donos de barcos hotéis, as pessoas que vivem disso aqui que não deixam isso morrer na nossa cidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.

Ao Lourenço, eu conheço a sua vida, Lourenço, eu assisti o documentário, sei do seu sofrimento, sei o quanto é difícil, por meio do documentário, um documentário lindo, que conta um pouquinho da história do Lourenço. Quem puder assistir, assista. É muito sofrida a vida do pescador. É muito sofrida.

Cada vez mais, eles estão indo mais longe buscar o peixe. O peixe que eles encontravam mais próximo, hoje, Deputado, estão descendo horas e horas de rio para buscar o peixe, que é o sustento da sua família. Mostrou a família dele no documentário. É um documentário lindo que conta um pouquinho da história do Lourenço e de outros pescadores ribeirinhos.

É importante para a nossa cultura, é importante para a preservação do Pantanal que pessoas como o Lourenço existam, são pessoas que fazem coro ao Isidoro, que gritam para que esse Pantanal seja preservado.

Muito obrigado a todos, isso engrandeceu demais a nossa discussão.

E a Vanda? A Vanda da apresentação já foi embora? Parabéns, linda a apresentação. Adorei ver.

Obrigado, fiquem todos com Deus! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Secretário.

Agradeço a presença de todos os assentados dos Assentamentos Roseli Nunes, Silvio Rodrigues e Paiol. Voltem com Deus quem pegou ônibus para vir para cá.

Agradeço essa mesa maravilhosa, eu tenho certeza que teremos sucesso na nossa empreitada.

Dia 25, no mesmo horário, lá em Poconé, convido todos vocês para fazermos o encerramento dessa tríade de discussão sobre o Pantanal.

Está encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado a todos! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Alessandra Maria Oliveira da Silva
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Taiza Antônia Noujain;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Patrícia Elena Carvalho;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PANTANAL, REALIZADA NO DIA 21
DE JUNHO DE 2018, ÀS 17H, NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.
